

CADERNO DE ORIENTAÇÕES:

SENTIDOS E CAMINHOS
DA VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL
EM MINAS GERAIS



SECRETARIA DE
TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Ministério do Desenvolvimento
Social e Agrário

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

**ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS – AMM
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**CADERNO DE ORIENTAÇÕES:
SENTIDOS E CAMINHOS DA VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS**

1ª EDIÇÃO

**BELO HORIZONTE
MAIO 2017**

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS- AMM

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE

Presidente

Antônio Carlos Doorgal Andrada

Superintendente Executivo

Gustavo Nassif

Assessora do Departamento de Assistência Social

Mayra de Queiroz Camilo

Analista de Políticas Públicas do Departamento de Assistência Social

Vivian Santana

Estagiário – Acadêmico de Direito

Thiago Dylan Ferreira Pinto

Governador

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador

Antônio Andrade Eustáquio Ferreira

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Rosilene Cristina Rocha

Secretária de Estado Adjunta de Trabalho e Desenvolvimento Social

Karla Renata França

Subsecretária de Assistência Social

Simone Aparecida Albuquerque

Superintendente de Capacitação, Monitoramento, Controle e Avaliação de Políticas de Assistência Social

Jaime Rabelo Adriano

Superintendente do Fundo Estadual de Assistência Social

Isabela de Vasconcelos Teixeira

Superintendente de Proteção Social Básica e Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Deborah Akerman

Superintendente de Proteção Social Especial

Régis Aparecido Andrade Spíndola

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação editorial: Simone Aparecida Albuquerque.

Redação: Dirce Ueno Koga, Luiza Costa Silva, Carola Carbajal Arregui, Rodrigo Diniz.

Revisão: Dayse Vilas Boas Pinto, Gabriele Sabrina da Silva, Jaime Rabelo Adriano, Simone Aparecida Albuquerque, Suzanne Cristina Horta Silva.

Colaboração: Amanda Pereira dos Santos, Consolação Cifani da Conceição, Cristiane Ferreira Michette, Cristiano de Andrade, Dione Félix de Oliveira Ventura, Eleonora Schettini Martins Cunha, Elisângela Nagel Assunção, Eva Aparecida Barbosa Pinheiro, Fabiana de Andrade Silva, Fabyane Kássia Scofield, Fátima Costa Pinto, Fátima Pinto de Oliveira, Fernanda Silva de Souza, Ivone Pacheco, João Paulo Freire Jardim, José Ferreira da Crus, Juliana de Oliveira Silva, Lanuza Jardim Cerqueira, Léa Lúcia Cecílio Braga, Leonardo Carvalho Ladeira, Luciane Fátima da Cruz Valente, Luiza Helena Repolês, Luiza Mascarello, Luiza Santiago de Assis, Marcel Belarmino de Souza, Marcos Arcanjo de Assis, Maria de Fátima Queiroz, Maria de Lourdes Menezes, Maria Tereza Fonseca, Mariana Bernardo de Brito, Mayra de Queiroz Camilo, Mônica Abranches, Natália Cristina de Souza

Silva Oliveira, Natália de Souza Neves, Paula Alves Queiroz, Pollyana Gomes Bitencourt, Renata Alves de Souza, Rosalice Tassar, Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira, Sarah Ribeiro Carvalho, Sílvia Maria Drumond Rezende, Solange Aparecida dos Santos, Verônica de Araújo Nunes, Wagner Antônio Alves Gomes.

Projeto gráfico: Wesley Guimarães Rocha - ME

Diagramação: Wesley Guimarães Rocha - ME

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Wesley Guimarães Rocha - ME

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Subsecretaria de Assistência Social
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves. Rod. Papa João Paulo II, 4.143, Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG
CEP 31630-900. Edifício Minas, 14º andar -
Telefone (31) 3916-8049

SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CECAD – Consulta e Extração de Dados do CadÚnico

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CIB – Comissão Intergestores Bipartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNEAS – Cadastro Nacional das Entidades Não Governamentais de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDCRAS – Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social

IDCREAS – Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SICON – Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

SIMSUASMG – Sistema de Informação e Monitoramento do SUAS em Minas Gerais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O Governo de Minas Gerais, em sua prioridade de trabalhar com os municípios de maneira regional e descentralizada, dá mais um importante passo. Esse esforço no âmbito da Assistência Social, aqui realizado em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM, integra o Programa Qualifica SUAS, lançado em 2015 pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE.

O Programa institui, de maneira sistemática e coordenada, ações de apoio técnico e capacitação direcionadas aos gestores, trabalhadores e conselheiros da Política de Assistência Social e é composto por quatro eixos: Apoio Técnico aos municípios; Capacitação Continuada; Criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais; e Plano de Supervisão Técnica aos Trabalhadores do SUAS.

O Caderno de Orientações: Sentidos e Caminhos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais integra o segundo eixo do Programa Qualifica SUAS e corresponde ao conteúdo específico da gestão estadual do curso de “Atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS”, do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS.

O conteúdo da Vigilância Socioassistencial é relativamente recente no SUAS e, por isso, exige que os trabalhadores da área sejam capacitados de forma continuada, a fim de fortalecer o planejamento e a execução da Política de Assistência Social. Trata-se de uma função essencial, responsável pela produção e análise de informações territorializadas sobre a demanda e a oferta dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Nesse sentido, a elaboração deste caderno de orientações específico sobre esse tema materializa a responsabilidade, definida no Art. 93 da NOB-SUAS de 2012: apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância Socioassistencial em âmbito municipal.

Além disso, o Caderno foi elaborado com o objetivo de contemplar as especificidades e as prioridades identificadas no estado de Minas Gerais para a Vigilância Socioassistencial.

Alinhado à política de educação permanente do SUAS e aos anseios históricos dos trabalhadores por oportunidades de qualificação, este Caderno também foi elaborado no intuito de servir como um guia de orientações para os gestores, técnicos e conselheiros de assistência social em relação ao papel da Vigilância Socioassistencial na gestão do SUAS e as formas de sua implementação.

Esta publicação dá continuidade à discussão iniciada pelo “Caderno de Orientações: A prevenção e o trabalho social com famílias na Proteção Social Básica”, lançado pela SEDESE em julho de 2016, demonstrando que o estado de Minas Gerais tem investido na Vigilância Socioassistencial como instrumento que viabilize a prevenção, o planejamento das intervenções e os processos efetivos de monitoramento e avaliação que possibilitem o aprimoramento das ofertas socioassistenciais.

A parceira da SEDESE com a AMM, materializada aqui, concretiza o papel dessas instituições de apoiar os municípios no seu esforço de construção de uma rede que protege e promove os direitos de seus usuários em todo o território mineiro.

Boa leitura!

Associação Mineira de Municípios – AMM

**Secretaria de Estado de Trabalho e
Desenvolvimento Social – SEDESE
Governo do Estado de Minas Gerais**

INTRODUÇÃO

O Caderno de Orientações “Sentidos e Caminhos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais” utiliza algumas linguagens que fazem parte da estrutura de uma peça de teatro e, ao fazer esse uso, busca dar um pouco mais de movimento ao texto, estabelecendo diálogos entre documentos, bibliografias e pesquisas sobre o cotidiano da gestão do SUAS em Minas Gerais.

Desejamos tornar a Vigilância Socioassistencial, função ainda em construção no SUAS brasileiro, mais próxima e, ao mesmo tempo, ocupando um lugar na gestão, contribuindo para a garantia da proteção social e da defesa dos direitos. Também buscamos trazer a Vigilância Socioassistencial mais próxima da realidade de Minas Gerais, de seus territórios, de sua escala cotidiana, composta não somente por demandas, mas igualmente por ofertas socioassistenciais, experiências de lutas e resistências.

Ainda que não se trate de uma peça de teatro propriamente dita ou escrita como tal, o Caderno terá seus conteúdos marcados por alguns elementos que objetivam levá-lo para um espaço em que a Vigilância Socioassistencial está em ação o tempo todo, sendo analisada, questionada, narrada, testada e aplicada. Para tanto, faremos uso dos seguintes elementos que traçam sentidos e caminhos para a Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais:

ATO: marca divisória dos conteúdos do Caderno como se fossem seus capítulos.

CENÁRIO: composição de documentos e informações da SEDESE, da Fundação João Pinheiro, do Governo Federal e do IBGE que formam o “pano de fundo”, as referências dos capítulos desenvolvidos, contextualizando o texto do Caderno.

ATORES: personagens nas mais diversas formas, que são protagonistas da Vigilância Socioassistencial, dando vida ao texto. Podem ser desde os usuários e trabalhadores do SUAS até as Diretorias Regionais da SEDESE, os municípios mineiros, os serviços, os programas e os benefícios, incluindo aqui os instrumentos de gestão que também se apresentam como elementos vivos e dinâmicos.

CENAS: conteúdos subdivididos em cada Ato, buscando marcar os elementos mais significativos que cada Ato demanda, ou seja, os subcapítulos do Caderno.

Entendemos que o grande palco para a encenação deste Caderno é o cotidiano em que se dá a gestão, envolvendo seus vários atores e territórios, do norte ao sul, de leste a oeste, nessa imensidão dos 853 municípios e das 22 Diretoriais Regionais da SEDESE. Como afirma Milton Santos, o território também é um ator, pois é vivo e vivido nesse cotidiano.

A todos, um ótimo espetáculo!

A todos, uma ótima experiência na construção de uma Vigilância Socioassistencial com sentidos e caminhos em Minas Gerais!

SUMÁRIO

Ato 1: Os sentidos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais.....	11
Cena 1: Lugar da Vigilância Socioassistencial no SUAS: entre função e área de gestão	12
Cena 2: Sentidos do território em Minas Gerais	17
Cena 3: Sentidos da Proteção Social em Minas Gerais	22
Ato 2: Caminhos para encontrar a Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais.....	31
Cena 1: Entre demandas e ofertas	32
Cena 2: Entre “grandes números” e “números miúdos”	37
Cena 3: Entre a caneta e os pés no chão”	43
Ato 3: O lugar da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais: no chão e na gestão.....	51
Cena 1: O caráter pedagógico da Vigilância Socioassistencial no cotidiano da gestão	52
Cena 2: Disseminação das informações	59
Cena 3: Vigilância Socioassistencial: processo e produto	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	72
TEXTO DE APOIO	74

SENTIDOS E CAMINHOS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS

ATO 1: OS SENTIDOS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS

CENÁRIO:



ATORES: SEDESE, Diretorias Regionais da SEDESE, Municípios

CENAS:

1. Lugar da Vigilância Socioassistencial no SUAS: entre função e área de gestão
2. Sentidos do território em Minas Gerais
3. Sentidos da Proteção Social em Minas Gerais

Neste primeiro ato entram em cena os atores que se ocupam da gestão do SUAS em Minas Gerais e que participam de processos de produção e disseminação de informações, além de executarem os serviços nos territórios de Minas Gerais: a gestão do SUAS na SEDESE, nas 22 Diretorias Regionais da SEDESE e nos órgãos gestores dos 853 municípios. Os cenários, neste Ato, se compõem dos documentos normativos produzidos pelo Governo Federal em torno da Vigilância Socioassistencial.

As Cenas deste Ato, que tratam sobre os sentidos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais, vão girar em torno desses atores, buscando dialogar com eles, a partir de seus papéis e escalas distintas na gestão do SUAS, sobre os conceitos, referências e diretrizes que possam dar o norte para a consolidação da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais.

Cena 1: Lugar da Vigilância Socioassistencial no SUAS: entre função e área de gestão

Quando se começa a pensar em instituir a área de Vigilância Socioassistencial nos órgãos gestores, logo surge a pergunta sobre como esta função pode se concretizar dentro do dia a dia da gestão, juntamente com as outras duas funções da Política de Assistência Social: proteção social e defesa de direitos. Para a materialização da Vigilância Socioassistencial, são atribuições compartilhadas entre as três esferas de governo, conforme disposto na NOB-SUAS 2012:

Quando se começa a pensar em instituir a área de Vigilância Socioassistencial nos órgãos gestores, logo surge a pergunta sobre como esta função pode se concretizar dentro do dia a dia da gestão, juntamente com as outras duas funções da Política de Assistência Social: proteção social e defesa de direitos. Para a materialização da Vigilância Socioassistencial, são atribuições compartilhadas entre as três esferas de governo, conforme disposto na NOB-SUAS 2012:

- √ Elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais, que devem ser compatíveis com os limites territoriais dos respectivos entes federados e devem conter as informações espaciais referentes: a) às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e de benefícios; b) ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população;
- √ Contribuir com as áreas de gestão e de Proteção Social Básica e Especial na elaboração de diagnósticos, planos e outros;
- √ Utilizar a base de dados do Cadastro Único como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território;

- ✓ Utilizar a base de dados do Cadastro Único como instrumento permanente de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS;
- ✓ Implementar o sistema de notificação compulsória contemplando o registro e a notificação ao Sistema de Garantia de Direitos sobre as situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil, além de outras que venham a ser pactuadas e deliberadas;
- ✓ Utilizar os dados provenientes do Sistema de Notificação das Violações de Direitos para monitorar a incidência e o atendimento das situações de risco pessoal e social pertinentes à assistência social;
- ✓ Orientar quanto aos procedimentos de registro das informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela padronização e qualidade dos mesmos;
- ✓ Coordenar e acompanhar a alimentação dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, mantendo diálogo permanente com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, que são diretamente responsáveis pela provisão dos dados necessários à alimentação dos sistemas específicos ao seu âmbito de atuação;
- ✓ Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial pública no CadSUAS;
- ✓ Responsabilizar-se pela gestão e alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício;
- ✓ Analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação do SUAS, utilizando-os como base para a produção de estudos e indicadores;
- ✓ Coordenar o processo de realização anual do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas;
- ✓ Estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da

qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores;

√ Coordenar, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados; e,

√ Estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos em um dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas. (NOB-SUAS, 2012, Art. 91).

A gestão da informação é crucial no âmbito da Vigilância Socioassistencial, aqui compreendida como a produção, sistematização, análise e disseminação da informação, o que denota o caráter central da função: *“orientar quanto aos procedimentos de registro das informações referentes aos atendimentos realizados pelas unidades da rede socioassistencial, zelando pela padronização e qualidade das mesmas”*. Essa atribuição se tornou ainda mais importante pelo fato de que, historicamente, a Política de Assistência Social enfrentou dificuldades das mais diversas ordens em razão da não padronização das informações acerca de suas intervenções, como dificuldades na mensuração dos resultados das intervenções realizadas, bem como fragilidade no planejamento das intervenções, o que acarretava muitas vezes na execução de ações de caráter imediatista.

A padronização de informações é essencial para que as mesmas possam subsidiar o planejamento das intervenções, delimitar a demanda e a necessidade de recursos físicos e financeiros para seu atendimento e ou acompanhamento, bem como para favorecer o monitoramento e avaliação das intervenções realizadas.

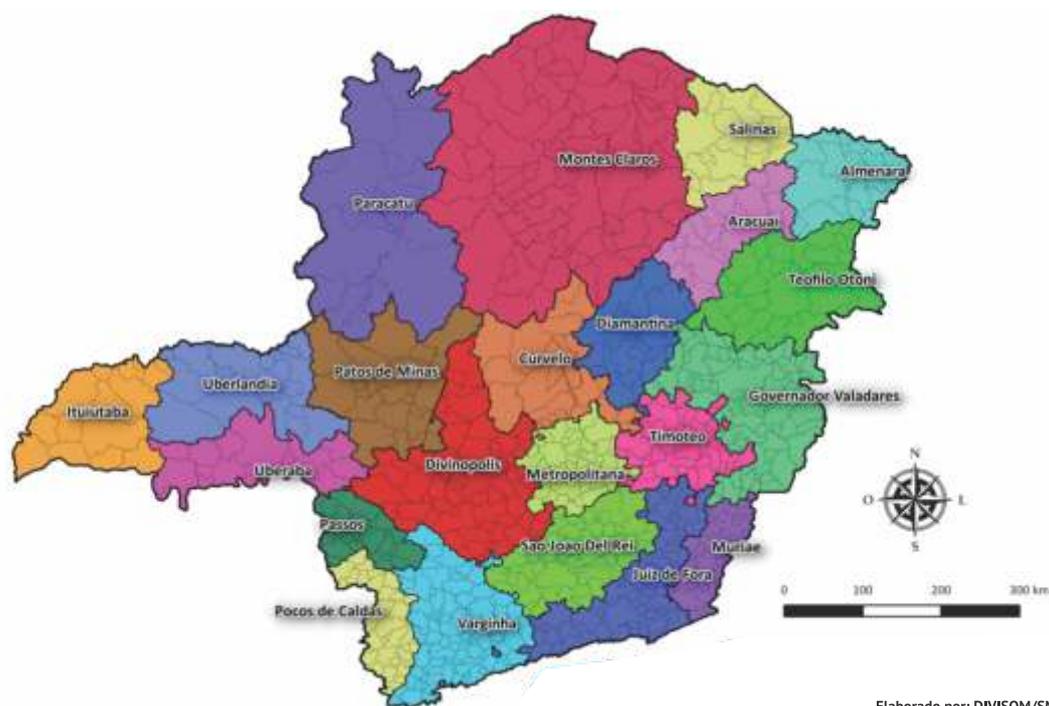
SEDESE: No âmbito dos Estados, destaca-se que, além das atribuições de apoio técnico aos municípios para a implantação e implementação da Vigilância Socioassistencial, os Estados assumem a responsabilidade de desenvolver estudos que viabilizem a concretização da regionalização de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial, como foi a concretização dos CREAS Regionais em Minas Gerais. Aos Estados, competem as seguintes atribuições.

√ Desenvolver estudos para subsidiar a regionalização dos serviços de Proteção Social Especial no âmbito do estado;

- ✓ Apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância Socioassistencial nos municípios do estado; e,
- ✓ Coordenar, em âmbito estadual, o processo de realização anual do Censo SUAS, apoiando tecnicamente os municípios para o preenchimento dos questionários e zelando pela qualidade das informações coletadas. (NOB-SUAS, 2012, Art. 92).

DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: Em observância às atividades sob responsabilidade mútua das três esferas de governo, é possível concluir que a todas são atribuídas a função de estruturar, implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial em seu nível de atuação, ou seja, a referida função deverá ser realizada em diversas escalas, desde o microterritório (um território abrangido por um CRAS), até o macroterritório (país), passando, inclusive, pela escala regional. No caso de Minas Gerais, envolve as 22 Diretorias Regionais da SEDESE ilustradas no mapa a seguir:

Divisão territorial das Diretorias Regionais da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE. Minas Gerais, 2017



Elaborado por: DIVISOM/SMC/SUBAS/SEDESE
 Data da Elaboração: 12 abr. 2017
 Fonte dos Dados: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE/MG)
 Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 - EPGS 4674

MUNICÍPIOS MINEIROS: Cabem aos municípios as seguintes responsabilidades:

- ✓ Elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de Proteção Social Básica e Especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS;
- ✓ Colaborar com o planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e à atualização cadastral do Cadastro Único em âmbito municipal;
- ✓ Fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;
- ✓ Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;
- ✓ Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades para inserção nos respectivos serviços;
- ✓ Realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada; e,
- ✓ Coordenar, em âmbito municipal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas. (NOB-SUAS, 2012, Art. 94).

Nesta cena, os documentos que compõem o cenário de todo o Ato 1 contêm referenciais importantes não somente operacionais para a Vigilância Socioassistencial, mas também alguns conceitos com os quais essa função trabalha em seu cotidiano, como **território, vulnerabilidade social e risco social**. Para a realidade mineira, os atores (SEDESE, Diretorias Regionais da SEDESE e municípios), em suas diferentes escalas, poderão expandir esses conceitos, incluindo, por

exemplo, as **territorialidades**, ou seja, a dimensão relacional que o território implica, a partir de seu uso, como nos ensina o geógrafo Milton Santos. Portanto,

As ações de Vigilância Socioassistencial podem contribuir para aperfeiçoar os conhecimentos dos trabalhadores da política de assistência social acerca da presença de riscos e vulnerabilidades nos territórios. Permitem, também, identificar se a localização dos serviços socioassistenciais está em conformidade com as demandas de proteção social do público de beneficiários da assistência social. Essas informações podem e devem contribuir com o aperfeiçoamento das próprias práticas de gestão da política, pois auxiliam na formulação, no planejamento e na execução das ações para a população. Contribuem, também, para os processos de monitoramento das ações planejadas e para a avaliação dos resultados alcançados. (BRASIL, 2016, p. 17).

Cena 2: Sentidos do território em Minas Gerais

A Vigilância Socioassistencial desempenha uma função significativa e importante no contexto de proteção social e defesa de direitos, mas só pode ganhar sentido e materialidade se levar em consideração o território como elemento essencial para a análise e ação, de modo que permita apreender as relações sociais onde a vida acontece, no chão de existência e ação dos sujeitos.

Dessa forma, o território ganha centralidade no processo de conhecimento da realidade, e deve ser o ponto de partida e de chegada para as ações de Vigilância Socioassistencial, proteção social e defesa de direitos. O lugar tem substantiva importância para o fazer/pensar da gestão e execução da Política de Assistência Social, pois é a partir da compreensão do espaço vivido que o conceito de território passa a ter concretude.

O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2002, p. 14).

Compreender as dinâmicas de determinado lugar pressupõe problematizar como a vida naquele espaço acontece, como o território é usado, como os sujeitos movimentam seus modos de produção e reprodução da vida. Assim, compreender o território é entendê-lo no seio de movimentos, de relações. É preciso percebê-lo como um espaço relacional, saturado de história,

de vida, de temporalidades, de experiências dos sujeitos que transitam no âmbito individual e coletivo, em uma trama de relações que configura o espaço.

O território tem que ser pensado no compasso do movimento dos sujeitos. Portanto, compreendê-lo é olhar o espaço geográfico, suas delimitações, densidades populacionais e de extensão, mas, sobretudo, como espaço usado pelas pessoas, como lugar que tem modos de vida. Portanto, é essencial pensar como se configura o território mineiro para a Assistência Social, buscar a compreensão sobre as particularidades dos territórios de Minas Gerais e sobre as configurações mais prementes dos espaços territoriais mineiros.

SEDESE: O território ocupa um espaço central no processo de organização do Sistema Único de Assistência Social, permitindo a leitura da presença e incidência de situações de vulnerabilidades, a percepção do traço das vivências produzidas, das mediações políticas, sociais, culturais, econômicas e relacionais criadas e reiteradas na dinâmica socioespacial dos lugares. A leitura dessas dobraduras e porosidades do território é imprescindível para a prospecção da garantia de direitos, na oferta, acesso e intervenção de serviços socioassistenciais. Por isso, é preciso considerar e problematizar o espaço territorial no qual estamos atuando, em que escala o olhar de proteção social se movimentará. O universo da SEDESE envolve um panorama de 853 municípios, cada qual com suas expressões de desigualdades socioeconômicas e diversidades socioculturais.



O sentido demográfico talvez seja o primeiro aspecto que mais chama a atenção em Minas Gerais: além de ser o estado brasileiro com maior número de municípios, a maior parte deles (80%) é de Pequeno Porte I, sendo que somente a capital Belo Horizonte é considerada metrópole. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos municípios mineiros por porte.

Classificação de porte populacional – PNAS		Total de Municípios	%
Até 20.000 habitantes	Pequeno I	675	79,13
Até 50.000 habitantes	Pequeno II	112	13,13
Até 100.000 habitantes	Média	37	4,34
Até 900.000 habitantes	Grande	28	3,28
Mais de 900.000 habitantes	Metrópole	1	0,12
		853	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE de 2010.

O estudo “SUAS 10 – Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas” (BRASIL, 2015) realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no ano de 2015, lança importantes destaques para a reflexão das territorialidades das cidades brasileiras no contexto da Assistência Social, postulando o debate sobre a necessidade de atenção nas classificações das cidades, uma vez que é preciso maior conhecimento de suas tramas e dobraduras, pois a classificação atual por portes pode não revelar as particularidades das cidades.

É preciso aprofundar as diferenciações internas de cada um dos cinco tipos de porte populacional para que se tenha maior clareza do impacto das desigualdades socioterritoriais das cidades brasileiras na distribuição de atenções da política de assistência social, sobretudo, no que tange à Proteção Social Básica. Parte-se da observação que é preciso avançar na compreensão mais fundamentada sobre as diferenças e distinções entre os municípios brasileiros para que se possa desenvolver a nova década de consolidação do SUAS. De certa forma foi banalizada a noção de pequeno porte de município. Para alguns gestores, ser de pequeno porte é quase uma censura, pois parece significar viver a definição mecânica ou burocrática, quanto ao que cabe, ou não cabe de atenções em um município de pequeno porte sem levar em conta o que a realidade demanda de atenções socioassistenciais de proteção social. (BRASIL, 2015, p. 19).

DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: Destaca-se que a maioria dos municípios brasileiros é de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II, 88% dos municípios brasileiros gravitam nestas categorias (BRASIL, 2015, p. 20). Esse dado é importante para considerarmos a necessidade de atenção no processo de planejamento e oferta da proteção social nestes municípios, que são a expressiva maioria. Em Minas Gerais essa realidade também é presente, observando que grande parte dos municípios é classificada em Porte I e Porte II, com até 50.000 habitantes. Essa fotografia revela a necessidade de pensar as particularidades destes territórios, observando seu contingente populacional, as dinâmicas e modos de vida, as formas e particularidades de incidências de desproteção social que perfilam nas pequenas cidades de modos diferentes ao contexto das grandes cidades.

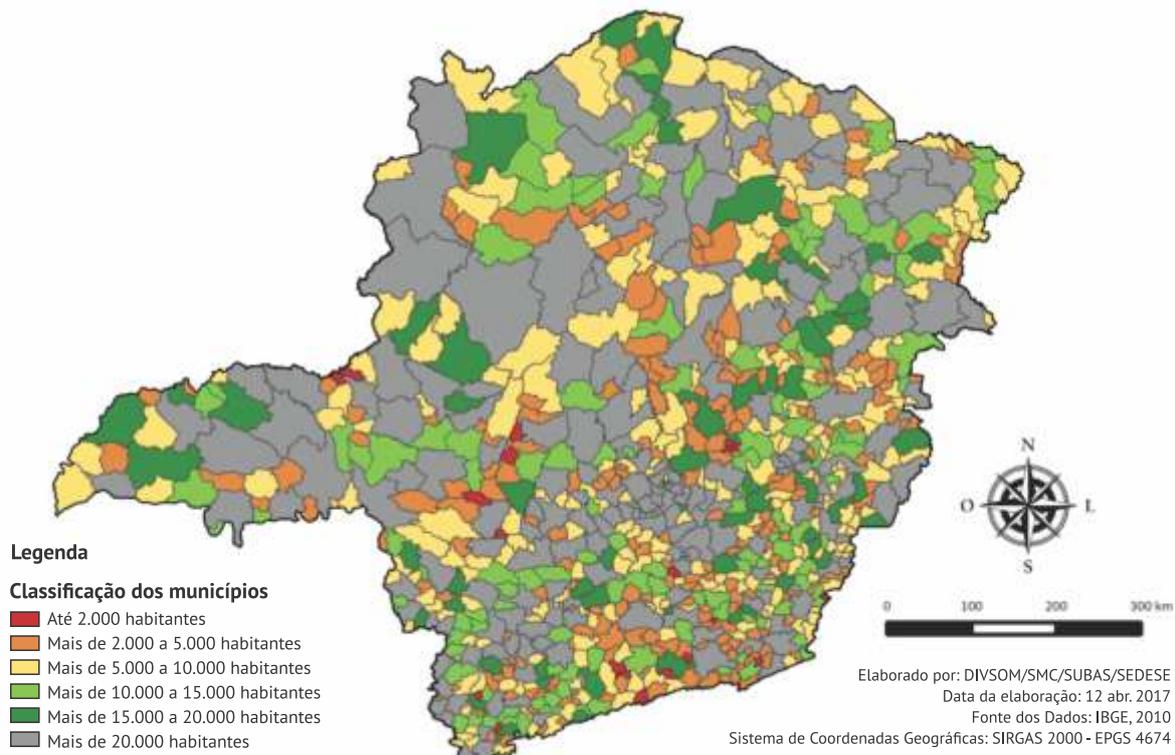
É necessário adensar o foco na leitura desses pequenos municípios de modo a adentrar suas realidades espaciais e temporais para refinar o processo de oferta, de acesso e de garantia de direitos. Isso impacta as Diretorias Regionais, especialmente aquelas que estão fora do perímetro

metropolitano, uma vez que os municípios são muito pequenos e parte deles apresenta um território muito extenso.



A seguir, um mapa indicando a presença dos municípios com menos de 20.000 habitantes em Minas Gerais.

**Classificação dos municípios até 20.000 habitantes por porte populacional.
Minas Gerais, 2010.**



Nota-se que o estado de Minas Gerais apresenta, na faixa de municípios abaixo de 20.000 habitantes, não somente uma presença mais distribuída como também uma incidência mais evidente de municípios com menos de 10.000 habitantes. A Vigilância Socioassistencial no âmbito regional apresenta este importante desafio de compreender as diversidades e peculiaridades desse universo de 675 municípios com menos de 20.000 habitantes.

MUNICÍPIOS MINEIROS: O Estudo “SUAS 10 – Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas” (BRASIL, 2015, p. 21) apresenta uma importante reflexão sobre a classificação dos municípios pelo porte populacional estabelecido pela PNAS 2004, e destaca a problematização e a necessidade de repensar as bases de referência dos portes populacionais, de modo que é

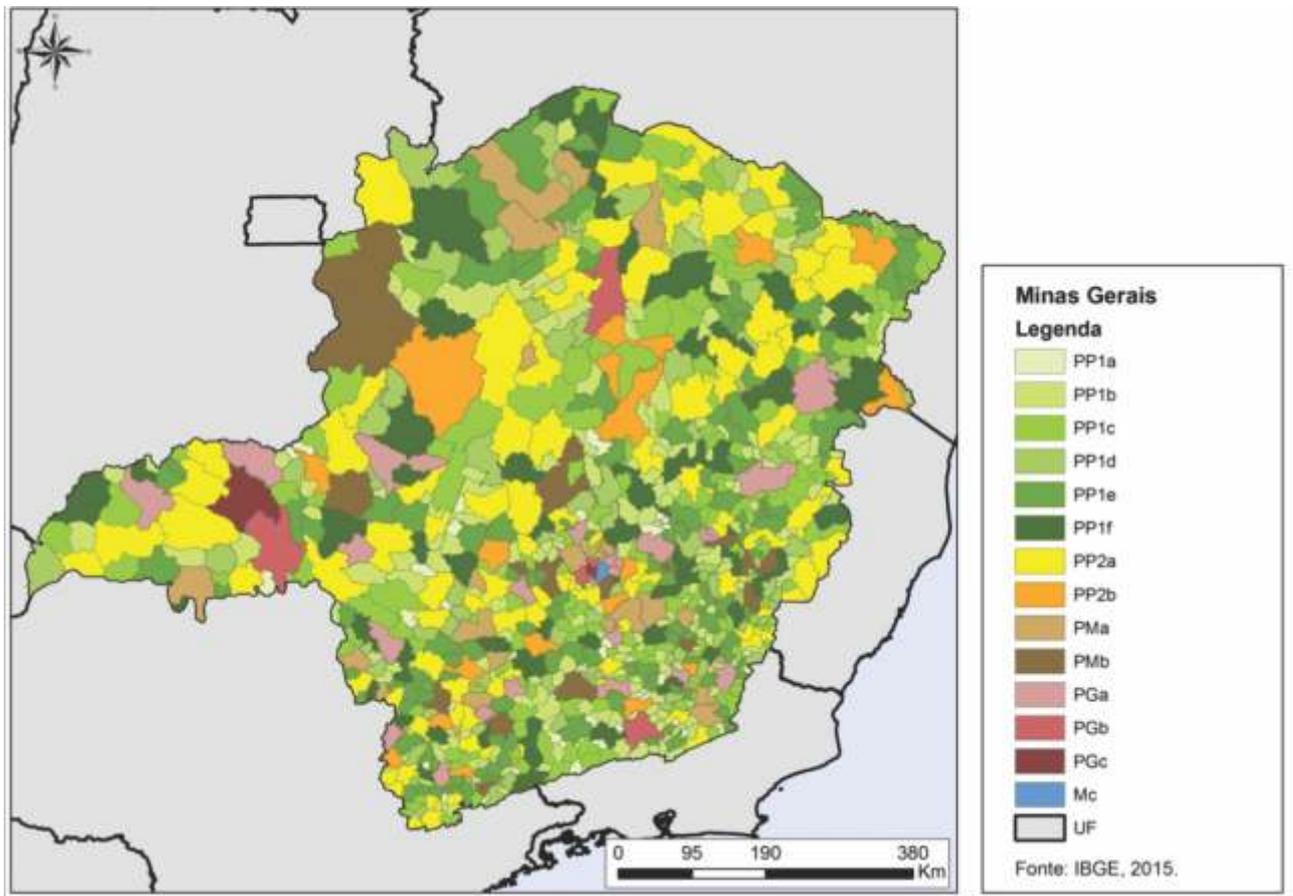
urgente e necessária a revisão das classificações das cidades, para que se possa de fato permitir uma fidedigna análise da realidade e uma territorialização efetiva no processo da oferta de seguranças sociais.

Torna-se claro que a base de definição de referência no SUAS precisa ser revista. Ela precisa ser relacional à quantidade de habitantes, quantidade de famílias, quantidade de famílias cadastradas, quantidade de famílias beneficiárias. Recomenda-se que um novo Plano Decenal do SUAS deixe de aplicar número absoluto para quantificar o referenciamento, e passe a aplicar um número proporcional ou relativo a, por exemplo, o CadÚnico. (BRASIL, 2015, p. 20).

➔ Dessa forma, o estudo apresenta duas propostas: a primeira, de desagregação de cada porte, sobretudo do Pequeno Porte I, e a segunda proposta é a de sustar a aplicação da nomenclatura MetrÓpole, propondo adequação de somente três nomenclaturas, sendo: Pequeno Porte, Médio Porte e Grande Porte, todas com subclassificações, tal como expressa a tabela a seguir:

Classificação e Subclassificação em portes da população dos municípios							
Porte	Município		População Estimada 2015		Área Territorial Km ² 2013		HAB/KM ²
	PP1a até 2.500 hab.	35	5,20%	68.830	1,30%	6768,803	
PP1b de 2.501 a 5.000 hab.	188	28,20%	729.808	14,00%	57.655,14	17,20%	12,7
PP1c. de 5.001 a 7.500 hab.	171	25,60%	1.056.462	20,20%	80.506,24	24,00%	13,1
PP1d de 7.501 a 10.000 hab.	83	12,40%	709.606	13,60%	48.181,81	14,40%	14,7
PP1e de 10.001 a 15.000 hab.	121	18,10%	1.462.305	28,00%	73.882,50	22,10%	19,8
PP1f de 15.001 a 20.000 hab.	69	10,30%	1.191.916	22,80%	67.768,54	20,20%	17,6
Pequeno Porte I Total	667	78,20%	5.218.927	25,00%	334.763	57,10%	15,6
PP2a de 20.001 a 40.000 hab.	99	84,60%	2.723.563	77,30%	125.249,72	80,00%	21,7
PP2b de 40.001 a 50.000 hab.	18	15,40%	799.093	22,70%	31.293,53	20,00%	25,5
Pequeno Porte II Total	117	13,70%	3.522.656	16,90%	156.543	26,70%	22,5
PMa de 50.001 a 75.000 hab.	20	54,10%	1.222.942	45,50%	25.470,13	45,50%	48
PMb de 75.001 a 100.000hab.	17	45,90%	1.466.932	54,50%	30.473,33	54,50%	48,1
Porte Médio Total	37	4,30%	2.689.874	12,90%	55.943	9,50%	48,1
GP1a de 100.001 a 300.000 hab.	24	77,40%	3.612.233	52,10%	24.600,27	63,20%	146,8
GP1b de 300.001 a 600.000 hab.	5	16,10%	2.011.726	29,00%	10.027,84	25,80%	200,6
GP1c de 600.001 a 900.000 hab.	2	6,50%	1.311.128	18,90%	4.310,47	11,10%	304,2
Grande Porte Total	31	3,60%	6.935.087	33,20%	38.939	6,60%	178,1
Mc	1	100,00%	2.502.557	100,00%	331,4	100,00%	7551,4
MetrÓpole Total	1	0,10%	2.502.557	12,00%	331	0,10%	7.551,40
Minas Gerais Total	853	100,00%	20.869.101	100,00%	586.520	100,00%	35,6

Fonte: BRASIL, 2015.



Cena 3: Sentidos da Proteção Social em Minas Gerais

Tendo como referência os sentidos do território discutidos na Cena anterior, a Cena 3 busca trabalhar os sentidos da proteção social em Minas Gerais, considerando a relação proteção/desproteção social a partir da perspectiva territorial. O território só tem sentido se pensarmos a centralidade das relações humanas no que tange ao trabalho e suas relações, ocupações, os arranjos para se “dar conta da vida”, as culturas e identidades coletivas dos espaços.

É nesse sentido que o território passa a ser fundamental e mediativo no processo de Vigilância Socioassistencial, porque possibilita a compreensão dos processos relacionais da vida dos sujeitos e dos lugares. É uma categoria que permite aproximação com a vida e as dobraduras da realidade, onde é possível a identificação das proteções e desproteções sociais dos lugares, sendo um vetor e um agente ativo para a garantia de direitos.¹

¹ Sugerimos aqui a leitura do Caderno 2 do CapacitaSUAS – Proteção de Assistência Social: segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade (BRASIL, 2013a).

É preciso levar em conta a composição ativa do lugar, sua história, as rugosidades dos espaços que são as marcas históricas, as linhas de expressão dos tempos sociais que se movimentaram sobre o espaço vivido. Significa olhar sobre o presente e, do presente, para o passado. É buscar entender como as dinâmicas econômicas, sociais e políticas se constituíram e constituem o lugar.

Algumas questões podem contribuir no processo disparador de apreensão dos territórios para o planejamento, execução e monitoramento constante das dinâmicas socioassistenciais, sendo: Que rugas esse território expõe? Que marcas o tempo deixou/deixa sobre o modo de vida das pessoas? Que situações marcam a vida das pessoas no território? Quais são as expressões da desproteção social que mais se adensam no lugar? Que situações de inseguranças sociais se apresentam no território? Quais violências e iniquidades são vivenciadas pelos sujeitos no espaço? Como se dão as violações de direitos? Que fragilidades são presentes nos diferentes ciclos de vida naquele espaço?

Essas interpelações permitem expressar que o território é mote de análise e compreensão que produz elementos de informação para a garantia da proteção social. Isso significa que a Política de Assistência Social parte do território para compreender e desenhar suas agendas e volta a ele, para garantir sua execução protetiva, pois é no território que se engendram e configuram as necessidades, demandas por direitos, segurança e proteção social. É por meio da leitura mediativa do território que se pode projetar e intervir de modo competente e articulado frente às diversas situações de desproteção social, como: presença de pessoas em situação de rua, expressões do desemprego massivo, carência material e cultural das condições de vida, situações de negligência, fragilidades de laços integrativos e de sociabilidade, violências, dinâmicas e opressões configuradas a partir das diversas relações que dinamizam os territórios urbanos e rurais, e outras tantas tessituras encampadas no seio das diferentes cidades urbanas e rurais.

SEDESE: É preciso atentar que os territórios não são homogêneos, constituem diferentes experiências e rugosidades, variados modos de vida que se intercambiam com as relações mais gerais da sociedade. Os territórios, no âmbito da Política de Assistência Social, constituem um mosaico relacional que expressa as particularidades do espaço e dos modos de vida dos lugares, dos municípios, regiões na confluência com as expressões da totalidade das relações sociais mais amplas do país e da sociedade.



No território de Minas Gerais, a distribuição da população rural e urbana por faixa de renda mostra que 80,31% da população rural está em condição de pobreza, pois tem até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para dar conta das suas contingências de sobrevivência, enquanto apenas 0,59% detém de 1 a 3 salários mínimos. Em meio a essa dicotomia de acesso à renda está 13,09% da população rural que detém de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e, respectivamente, 5,99% com $\frac{1}{2}$ salário

mínimo para atender à sua reprodução da vida, como expressa a tabela do Boletim da Vigilância Socioassistencial elaborado pela SEDESE em 2015:

Distribuição da população rural e urbana por faixa de renda					
População	Até 1/4 de salário mínimo	de 1/4 a 1/2 salário mínimo	de 1/2 a 1 salário mínimo	de 1 a 3 salários mínimo	mais de 3 salários mínimo
População Rural	80,31%	13,09%	5,99%	0,59%	0,01%
População Urbana	66,06%	22,17%	10,28%	1,46%	0,03%
População Total MG	69,06%	20,26%	9,38%	1,28%	0,03%

Fonte: MINAS GERAIS, 2015b.

 No que tange ao SUAS em Minas Gerais, segundo dados do Censo SUAS 2016, divulgados pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS em 2017, Minas Gerais conta com 1.140 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, destes 653 são CRAS urbanos centrais, 471 são CRAS urbano periférico, e 16 são CRAS Rurais.

Distribuição de CRAS em Minas Gerais					
CRAS no Brasil	Nº de Municípios Mineiros	Total de CRAS em MG	Total de CRAS Urbano Central	Total de CRAS Urbano Periférico	Total de CRAS Rural
8.240	853	1.140	653	471	16

Fonte: : Elaborado pelos autores com base no Censo SUAS 2016.

Na Proteção Social Especial, o estado tem 245 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, destes 204 são CREAS urbano central e 41 são CREAS urbano periférico.

Distribuição de CREAS em Minas Gerais					
CREAS no Brasil	Nº de Municípios Mineiros	Total de CREAS em MG	Total de CREAS Central	Total de CREAS urbano Periférico	Total de CREAS Rural
2.519	853	245	204	41	0

Fonte: : Elaborado pelos autores com base no Censo SUAS 2016.

 Também é preciso considerar que as diversidades rurais do estado estão relacionadas a povos tradicionais que residem nos recôncavos das pequenas cidades mineiras, como a população indígena, quilombola, cigana, ribeirinha e as comunidades extrativistas. Tais povos necessitam de atenção especial para a garantia de proteções e seguranças sociais, em

contraponto à visão homogeneizadora de atendimento às suas particulares demandas e contextos.

 A população indígena rural no estado de Minas Gerais abrange 9.329 pessoas, vivendo no meio urbano são 3.446 indígenas. Já os quilombolas rurais são 25.443, no meio urbano somam 7.472 pessoas, tal como mostra a tabela a seguir. Destaca-se a necessidade de percepção das condições de vida desses povos tradicionais, de modo a compreender seus modos de vidas e suas necessidades por seguranças sociais de modo muito particular, buscando proteção social sem romper e sem ameaçar as suas tradições e culturas.

Pessoas que pertencem à família indígena ou quilombola, por tipo de domicílio, Minas Gerais, 2015									
Nº de pessoas que pertencem à família indígena URBANO		Nº de pessoas que pertencem à família indígena RURAL		Nº de pessoas que pertencem à família quilombola URBANO		Nº de pessoas que pertencem à família quilombola RURAL		NR	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3.446	0,32	9.329	1,14	7.472	0,85	25.443	2,90	8.046.872	847,79

Fonte: MINAS GERAIS, 2015b.

DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: Importa destacar o investimento que o SUAS em Minas Gerais está fazendo na Proteção Social Especial em âmbito regional. De fato, ainda padecemos no Brasil de políticas públicas que atuem em múltiplas escalas e, nesse sentido, a escala regional se mostra desafiadora na garantia da proteção social e da defesa de direitos.

 Um dado importante no tocante à Proteção Social Especial é que Minas Gerais conta, dentre os 245 CREAS identificados pelo Censo SUAS de 2016, com três CREAS Regionais, que juntos atendem a 15 municípios e a uma população de 131.690 pessoas, tal como exposto:

Distribuição de CREAS Regionais em Minas Gerais				
Nº de CREAS em MG	Nº CREAS Regionais já implantados em MG	CREAS Regional	Nº de Municípios de referência para os CREAS Regionais	Total da população vinculada
245	3	Mucuri (Águas Formosas)	6	42.471
		Médio e Baixo Jequitinhonha (Almenara)	6	73.703
		Central (Morada Nova de Minas)	3	15.516

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo SUAS 2016.

Para aumentar a cobertura de Proteção Social Especial de Média Complexidade nos municípios de Pequeno Porte I de Minas Gerais, o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial previu a implantação de uma unidade de CREAS Regional em cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento do estado, sendo 11 territórios prioritários, de acordo com o índice de vulnerabilidade socioeconômica criado pela SEDESE.

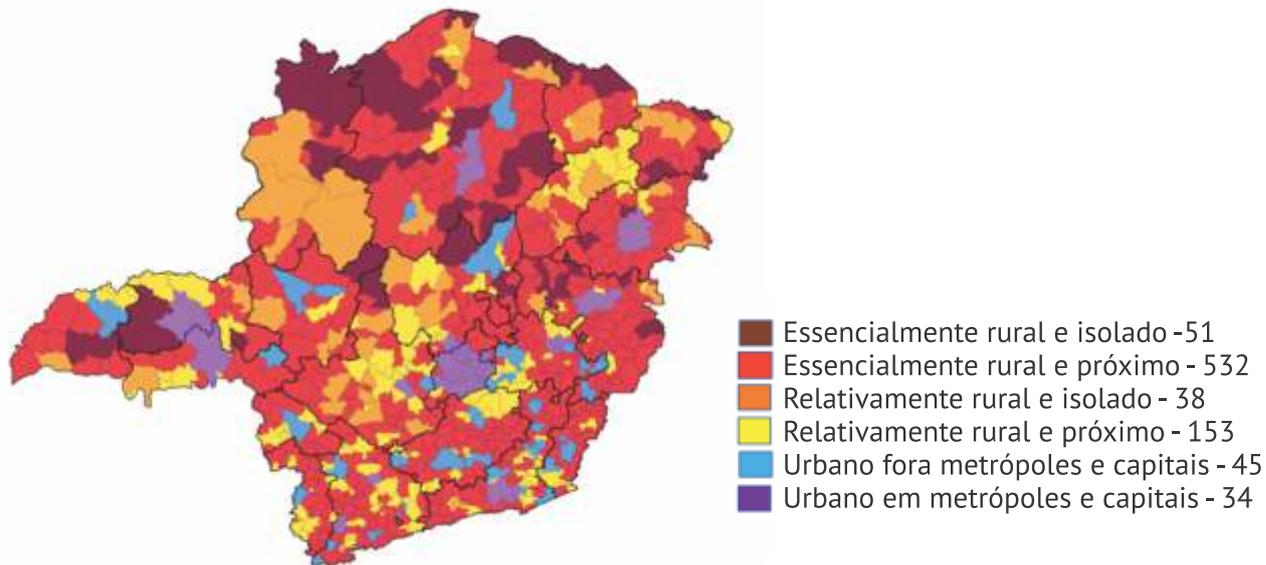
Em 2016, foram implantadas duas unidades: CREAS Regional Mucuri (em Águas Formosas) e CREAS Regional Médio e Baixo Jequitinhonha (em Almenara), sendo que uma terceira unidade no Território Central (em Morada Nova de Minas), já implantada, está em processo de reordenamento. Outras seis unidades estão previstas para serem implantadas até o final de 2017, nos seguintes Territórios de Desenvolvimento: Vale do Rio Doce, Alto Jequitinhonha, Norte, Vale do Aço, Vertentes e Caparaó.

Pensar esses indicadores, mais uma vez, exige colocar as pequenas cidades em perspectiva e foco, trazendo-as ao centro do debate, sendo imprescindível a reflexão sobre seu modo de vida, trabalho, organização histórica, temporal, política e social. É necessária a problematização e a apreensão sobre o espaço e o tempo dessas pequenas cidades, observando seus contextos e particularidades, com destaque na análise para a garantia de proteção social e acesso qualitativo aos direitos socioassistenciais.

MUNICÍPIOS MINEIROS: No contexto mineiro, as ruralidades são marcantes e expressivas, visto que, dos 853 municípios que compõe o estado, 532 são considerados “*essencialmente* rural próximo” representando 62% dos municípios desta unidade federativa, seguidos de 153 municípios considerados “*relativamente* rural e próximo”. Já no contraponto, existem 34 municípios caracterizados como “urbanos em metrópoles e capitais”, representando 4% dos municípios mineiros.

O mapa de ruralidades dos municípios mineiros revela a centralidade e a necessidade de reflexão sobre o contexto das cidades rurais e suas demandas de segurança e proteção social. Impõe a premência da reflexão e atenção às demandas da maioria das cidades que constituem o cenário do estado, uma vez que juntos os municípios considerados rurais totalizam 774, correspondendo a 90% dos municípios de Minas Gerais. Dessa forma, é possível apontar que a ruralidade se movimenta no bojo de relações e no intercâmbio de uma série de conjuntos de formas de organização da vida, que se torna hoje indispensável para a compreensão da Vigilância Socioassistencial e o processo de apreensão da realidade.

Mapa de Ruralidades Mineiras



Fonte: Elaborado pelos autores com base no estudo de BITOUN et al, 2015².

Um ponto essencial é que o território só se efetiva por meio da territorialidade, pois possui um atributo humano social que está intimamente ligado às relações sociais de poder, experiência, práticas sociais, trocas e sociabilidades que se concretizam nos modos de vida e vivência nos espaços. Grande parte dos municípios brasileiros e do estado de Minas Gerais é de Pequeno Porte, ou seja, pequenas cidades, no qual a característica rural é uma condição real que impõe a reflexão sobre os processos de Vigilância Socioassistencial e proteção social.

É preciso atenção às diferenças e particularidades das ruralidades que compõe o mosaico de territorialidades mineiro, observando um necessário esforço para se entender as demandas genuínas e a concentração de pobreza nas ruralidades, permitindo a compreensão das suas clivagens, destacando especificidades entre as diferentes comunidades tradicionais e a população rural, tencionando a análise e prática para a compreensão de suas formas de proteção e desproteção social.

Antes de finalizar o Ato 1:

Para encerrar a Cena 3, se faz necessário lembrar que nos bastidores deste Ato encontram-se importantes elementos que não entraram em cena, mas que fazem parte de todas as encenações, e que merecem ser trazidas para o texto da peça. Trata-se de alguns diálogos em torno da

²Usamos como referência o estudo realizado pela equipe coordenada pela Profa. Tânia Bacelar, e publicado por Jan Bitoun e outros pesquisadores no formato de artigo nos Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, intitulado: "As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional" (Belo Horizonte, 2015).

territorialidade e da ruralidade que consideramos essenciais serem lembrados neste primeiro Ato sobre a Vigilância Socioassistencial. Importa ressaltar que são dimensões complexas, mas fundamentais para a que a função de Vigilância Socioassistencial possa estar sempre atenta ao fato de que por trás das informações encontram-se vidas e vivências. Dessa forma, deixamos duas palavrinhas que acreditamos ser muito caras ao SUAS em Minas Gerais: territorialidade e ruralidade.

A **territorialidade**, como expressão de identidade e mediação dos sujeitos para a construção de seus lugares de vivência, pode contribuir no processo de análise e apreensão das dobraduras das dinâmicas relacionais das cidades. Assim, pensar o território exige também que se possa refletir sobre o bojo dos processos identitários dos lugares, impõe a perspectiva de entender as territorialidades como o conjunto de relações que são construídas e reconstruídas com base no processo de apropriação do espaço pelos sujeitos. Em outras palavras, as territorialidades se compõem de processos de significação que os sujeitos atribuem e materializam na vida cotidiana dos seus territórios. É como entendem e movimentam suas experiências e práticas sociais nos lugares. É nesse bojo que reside a conexão entre espaço territorial e modo de vida dos homens, construindo mediações concretas na vivência dos sujeitos.

A territorialidade é a expressão da gramática das relações, dos processos interativos e interventivos entre os sujeitos sociais no território. Se traduz pela apropriação do espaço pelos sujeitos, como estes recebem as determinações macrossociais, interpretam e intervêm na dinâmica de seus espaços de vida (DINIZ, 2012, p. 189).

Portanto, a **ruralidade expressa territorialidades** que precisam ser entendidas no âmbito das políticas públicas e sociais, pois os espaços rurais no país são tão presentes quanto a predominância do pensamento social urbano das grandes cidades, embora exista uma relação de subordinação do rural ao urbano, como um processo anômalo de uma modernidade imposta, de uma cultura urbana que coloca às margens o rural. Há o predomínio rural que é real no país, mas uma centralidade do pensamento e das condições urbanas que se destacam em detrimento do rural.

Assim, o rural fica sucumbido às ideias de atraso, de pequenez da vida em uma ótica de escassez, que é marcada pelo retrocesso, pela falta, apontado muitas vezes por uma errônea compreensão do rural postulada pela noção de modernidade urbana.

O rural como expressão real da vida é marcado e expresso pela quantificação de cidades de pequeno porte que constituem 70% das cidades brasileiras (BRASIL, 2015, p. 23), e que demanda um reconhecimento maior de suas clivagens e diversidades, inclusive dos atributos humanos e sociais do meio rural. Estudos afirmam que a ruralidade no país é presente e não tem diminuído, o que aponta para um processo de “revitalização do mundo rural” (CARNEIRO, 2008, p. 17). Essa

revitalização pressupõe uma análise atenta ao processo de constituição das rugosidades rurais, do processo de territorialização das pequenas cidades e aquelas com confluência e intercâmbio com o rural. Há de se pensar que existem algumas pistas e indicativos que desvendam processos sociais e culturais de sociabilidade rural que constituem ruralidades com novas interseções de códigos e modos de vida.

O rural não pode somente ser visto como espaço do mundo agrícola, ao contrário, deve ser pensado no bojo das transformações sociais mais amplas que afetam mesmo os modos de organização da vida de pequenas cidades, sítios e regiões. Esse processo compõe um jogo de relações que se constituem na reprodução de formas tradicionais de vida e novos arranjos, dada a pressão do tempo social contemporâneo.

Esses pequenos municípios estariam, portanto, na interseção de dois códigos de relações sociais. Se, de um lado, mantêm uma sociabilidade diferenciada – marcada pelas relações de interconhecimento – e uma “particular vinculação com a natureza”, o que aproximariam de uma realidade rural, por outro, exercem também as funções de mediação na integração do mundo rural com sistema mais geral de cidades, marcando de maneiras específicas um modo de vida e de inserção na sociedade nacional que não são os mesmos encontrados nas grandes cidades... (CARNEIRO, 2008, p. 20).

É possível apontar que a ruralidade se movimenta de modo muito distinto, com códigos e formas de vida muito diferentes do mundo urbano, com necessidades específicas e diversas, no qual pensar a escala de espaço e tempo em suas configurações são essenciais para decodificá-las. É imprescindível identificar como os processos econômicos macrossociais afetam as estruturas territoriais desses lugares, como se movimenta o tempo das relações e das necessidades por seguranças, em outros aspectos como as inseguranças sociais atingem a população rural em seu compasso de tempo, que é diferenciado do contexto das grandes cidades.

É imperioso, para a Assistência Social, saber como vive a população rural de baixa renda, que necessita de ações afirmativas do Estado e da proteção das políticas sociais, pois a população rural também não é homogênea, a ruralidade se movimenta em diversos e diferentes processos de vivência. Interessa para a Assistência Social destacar onde nas regiões e nos municípios existe maior número de população rural empobrecida e quais são as inseguranças sociais que afligem e afetam o cotidiano de vida dessas populações.

Assim, há de se destacar que no seio da configuração e reconfiguração das ruralidades existem traços mediativos importantes para sua compreensão, como a busca pela composição de renda

que transita e combina as atividades agrícolas e outras ocupações como estratégias de melhoria das condições de vida das famílias, ou mesmo como uma condição para que se mantenham no campo.

Há um processo de pluriatividades no campo, que se configuram na tensão entre o trabalho agrícola e outras formas de ocupações, como o trabalho de prestação de serviços para as camadas médias e altas que habitam o campo permanentemente ou em temporadas. Assim, as pluriatividades se movimentam na prestação de serviços em jardinagem, construção civil com pedreiros e ajudantes, aqueles que exercem a ocupação de caseiros ou empregadas domésticas, constituindo uma gama de atividades que se conectam com o trabalho na terra familiar.

Essa seara de pluriatividades se movimenta no esteio muitas vezes de trabalhos precarizados, sem necessariamente estarem formalizados ou que tenham uma segurança de renda e de direitos, pois muitas vezes se realizam na informalidade, e em movimentos da busca pela sobrevivência, que se difere do contexto urbano, mais pelas suas mediações culturais e do espaço. A informalidade e a insegurança de proteção social no meio rural se dilatam pelo distanciamento da oferta de serviços e da rede de proteção de trabalho, de renda, de oportunidades sociais, de serviços públicos de Saúde, Educação, Cultura e Assistência Social.

Esse fenômeno revela dentre muitas questões o adensamento da espoliação rural, dado o processo que não permite às famílias a sobrevivência única e exclusivamente da agricultura, determinada pela industrialização do campo agrícola e da entrada massiva do capital na exploração da produção e do comércio de produtos da terra, que não abre espaço para as pequenas e micro produções das famílias rurais.

Outro fator importante a ser considerado na constituição das ruralidades é o intercâmbio entre as gerações, que confluem tensões e novas roupagens na sociabilidade rural. Os jovens consideram também o trabalho agrícola como subalternizado ou culturalmente inferior, o que expõe conflitos geracionais e também de ocupação de trabalho da população rural.

Por um lado, o reconhecimento da existência de uma população rural, numericamente importante e sociologicamente diversificada, que expressa uma forte demanda por um enraizamento em seus lugares de vida e de trabalho, por outro lado, a afirmação de que essa população foi historicamente excluída do processo de desenvolvimento, do que resulta a dimensão da pobreza rural e da fragilidade das condições do exercício das outras formas de agricultura. Essa população, que se organiza social e politicamente, expressa uma demanda pelo acesso ao exercício pleno da cidadania e ao reconhecimento de sua diversidade e as particularidades de seus modos de viver e trabalhar (WANDERLEY e FAVARETO, 2013, p. 459).

SENTIDOS E CAMINHOS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS

ATO 2: CAMINHOS PARA ENCONTRAR A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS

CENÁRIO:



ATORES: Diagnóstico Socioterritorial, Plano de Assistência Social, Metodologias participativas

CENAS

1. Entre demandas e ofertas
2. Entre “grandes números” e “números miúdos”
3. Entre a caneta e os pés no chão

Neste segundo ato entram em cena atores que originalmente se configuram como ferramentas e instrumentos de trabalho dos demais atores do SUAS. Porém, para compreendê-los e incorporá-los nas cenas, consideramos importante que se transformassem em atores. Entendemos que no âmbito da Vigilância Socioassistencial se faz necessário que as ferramentas passem a atuar, ainda que de forma coadjuvante, como parte da cena da gestão do SUAS, dialogando com os chãos e os demais atores. Trabalho delicado, pois se trata de um ato em que os atores coadjuvantes “roubarão” a cena dos atores protagonistas da Vigilância Socioassistencial.

As cenas deste Ato, portanto, que tratam sobre os caminhos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais, terão sua iluminação voltada para os atores coadjuvantes, pois estes, ao entrarem em cena, deixarão claro que sua atuação está intrinsecamente ligada à atuação dos atores protagonistas, que participaram do Ato 1 e voltarão no Ato 3 desta peça. Porém, a importância da entrada em cena como atores (Diagnóstico Socioterritorial, Planos de Assistência Social e Metodologias Participativas) está no fato de que, ao se fazerem parte viva e dinâmica destes processos, suas construções contribuem para que os protagonistas do SUAS passem a encontrar caminhos para concretizar a função da Vigilância Socioassistencial.

Temos um novo Plano Decenal do SUAS (2016-2026), que traz em sua apresentação os desafios postos pela própria realidade brasileira, um país de dimensão continental, marcado pelas diversidades socioculturais e desigualdades socioterritoriais. Temos como chãos, palcos em que esta cena se apresenta, os territórios mineiros, igualmente marcados pelas diversidades socioculturais e desigualdades socioterritoriais já enfatizadas no Ato 1.

Neste segundo ato, se faz importante lembrar a direção colocada pelo novo Plano Decenal:

Passado o primeiro decênio do SUAS, uma nova fase se inicia, marcada pela necessidade de se UNIVERSALIZAR O SUAS, RESPEITADA A DIVERSIDADE DA REALIDADE BRASILEIRA, COM GARANTIA DE UNIDADE EM SEU PROCESSO DE GESTÃO, PARA CONSOLIDAR A PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL NA SEGURIDADE SOCIAL. (BRASIL, 2016, p. 27).

E como já dizia Guimarães Rosa: “Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais”.

Cena 1: Entre demandas e ofertas

Nesta cena o que está em jogo é justamente o desafio de garantir a unidade do processo de gestão, na necessidade de universalizar o SUAS, respeitando a diversidade presente nas cidades mineiras, que se traduz nas suas riquezas socioculturais tão marcantes, bem como nas suas demandas e ofertas de proteção social. A diversidade passa de marca a desafio a ser enfrentado pelo SUAS em Minas Gerais e, nesse caso em particular, pela função de Vigilância Socioassistencial. Observa-se que uma das dificuldades encontradas no SUAS é medir a relação demanda/oferta. Muitas vezes a capacidade de atendimento é confundida com demanda ou cobertura de atendimento. Diferenciar e, ao mesmo tempo, desenvolver medidas para cálculos de cobertura da proteção social nos serviços socioassistenciais se coloca como uma das tarefas

urgentes a ser desenvolvida no âmbito da Vigilância Socioassistencial, de forma articulada com as áreas da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. A SEDESE publicou, em julho de 2016, no âmbito do Programa Qualifica SUAS, o “Caderno de Orientações: A prevenção e o trabalho social com famílias na Proteção Social Básica” (MINAS GERAIS, 2016a), no qual se encontra um capítulo que se dedica a orientar minuciosamente sobre a utilização dos instrumentos informacionais do SUAS na identificação de alguns públicos prioritários e da rede socioassistencial da PSB. Portanto, neste ato, ao se tratar da relação demanda/oferta, a ênfase não recairá sobre esse aspecto.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: A leitura da realidade mineira, dos seus múltiplos territórios, seja pelos perfis socioeconômicos das 22 Diretorias Regionais da SEDESE, dos 853 municípios, além das diversidades socioculturais e das dinâmicas relacionais que os envolvem, se constituem em ingredientes fundamentais para dimensionar a relação demandas/ofertas. Se de um lado a relação demanda/oferta implica em uma medida capaz de cruzar necessidades sociais identificadas e capacidade de respostas por parte do Estado, há que se considerar sempre outros aspectos para garantia do acesso que vão além do cálculo, por exemplo, de “1 CRAS para cada 5.000 famílias”. Ao olhar para o território, além da proximidade das famílias com o local do serviço ofertado, se faz necessário verificar se existem barreiras de acesso: via movimentada de carros, córrego que alaga, ausência de calçadas, terreno muito acidentado etc. Nesse sentido, o diagnóstico socioterritorial precisa acompanhar a dinâmica da realidade da cidade e seus territórios, como apontado no Caderno 2 do CapacitaSUAS, que trata da “Proteção de Assistência Social”:

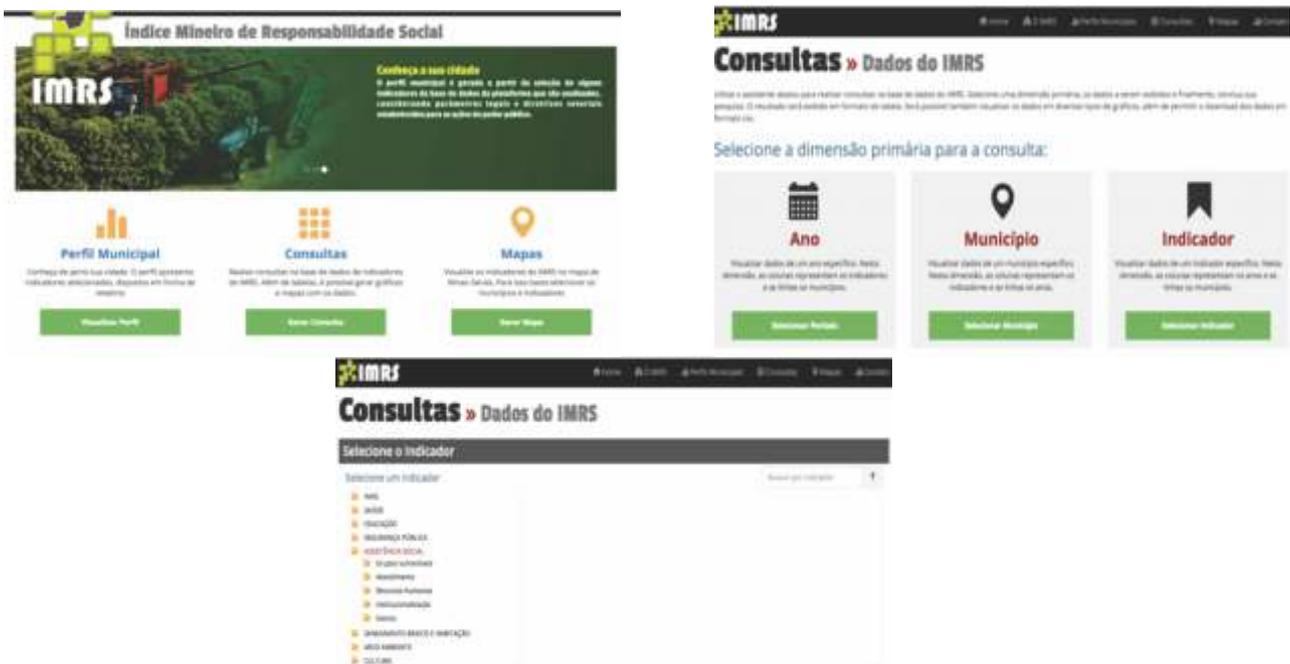
O diagnóstico socioterritorial pode ser redimensionado e atualizado a partir do desenvolvimento dos serviços, sobretudo aqueles de referência, com potencial de produção de novos conhecimentos sobre a realidade desvelando situações desconhecidas e propostas de serviços compatíveis. (BRASIL, 2013a, p. 82).

Nesse sentido, o diagnóstico socioterritorial (da SEDESE, das Diretorias Regionais e dos municípios mineiros) deve contemplar informações territorializadas acerca das demandas de proteção social identificadas no território, bem como da cobertura das ofertas da rede socioassistencial executadas pelas unidades públicas e privadas.



Para compor o Diagnóstico Socioterritorial se faz necessário, primeiro, definir qual ou quais escalas territoriais serão utilizadas. No caso da SEDESE e das Diretorias Regionais, as escalas municipal e regional podem ser privilegiadas. Além dos indicadores disponibilizados

pelos sites oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo Demográfico 2010), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Atlas do Desenvolvimento Humano 2010) e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA (CECAD, ferramentas SAGI), uma ampla sugestão de indicadores sociais a partir destas fontes poderá ser consultada no Texto de Apoio deste Caderno. Além disso, os trabalhadores e usuários do SUAS de Minas Gerais podem acessar os dados dos 853 municípios disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, especialmente no ambiente do Índice Mineiro de Responsabilidade Social disponível no site da Instituição.



Acesse: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2741-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs-2>>

Após definida a escala, deve ser feito o levantamento dos indicadores (de demandas e ofertas) nas mesmas escalas para permitir o cruzamento das informações. A perspectiva socioterritorial do diagnóstico dá “chão” para os indicadores estatísticos, inclusive para que se torne possível comparar um local e outro dentro de um mesmo município. Do ponto de vista prático, o Diagnóstico Socioterritorial deve contemplar, minimamente, os seguintes pontos³:

- 1) Contexto demográfico e econômico do território analisado;
- 2) Demanda identificada no território, ou seja, identificação do público-alvo dos

³Sugestões de fontes de dados encontram-se detalhadas no Texto de Apoio deste Caderno.

serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (quem são, onde o público está localizado no território e o que a população demanda da Assistência Social);

3) Levantamento da rede de serviços socioassistenciais e intersetorial presente no território (tipo de serviços ofertados, formas de acesso, recursos humanos disponíveis e infraestrutura das unidades públicas e privadas);

4) Relação entre demanda e oferta de intervenções no âmbito da Política de Assistência Social; e,

5) Aderência da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados às famílias e indivíduos do território às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.



Fazer um diagnóstico socioterritorial em municípios de Pequeno Porte I, com menos de 20.000 habitantes, pode parecer mais simples, mas não é, principalmente, pela dificuldade em se conseguir dados mais desagregados. Os setores censitários do IBGE (que agregam uma média de 300 domicílios) podem ser uma alternativa para o levantamento de dados de demanda. Os dados de oferta dos serviços podem ser calculados pela localização e total de usuários atendidos. Já os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e Programa Bolsa Família – PBF, por exemplo, podem ser territorializados a partir do Cadastro Único.

PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: seguindo a direção do Plano Decenal (2016-2026) e as orientações da NOB-SUAS 2012 em seu capítulo que trata dos Planos de Assistência Social, importa ressaltar a articulação que o Plano deve ter com o diagnóstico socioterritorial construído. Dessa forma, o Plano terá subsídios suficientes para ser elaborado de acordo com a escala territorial e as relações entre demandas/ofertas sistematizadas e analisadas no diagnóstico socioterritorial. A articulação entre diagnóstico socioterritorial e Plano permite traçar metas diferenciadas e escalonadas, do ponto de vista territorial, temporal e de abrangência. Também se coloca nesta articulação a importância da cultura do planejamento das ações, olhando de frente para as realidades dos municípios mineiros, das Diretorias Regionais e do estado de Minas Gerais.



A SEDESE, por exemplo, definiu prioridades para atuação nas escalas regional e municipal, a partir do diagnóstico socioterritorial desenvolvido no âmbito da Vigilância Socioassistencial. Foram definidas prioridades de demandas (pobreza no campo e juventude em contexto urbano) e de ofertas (CREAS Regionais, aprimoramento da rede socioassistencial) que, por sua vez, compõem o planejamento da Secretaria.



No caso de Minas Gerais, a presença dos serviços regionalizados, como os CREAS Regionais, colocam novos sentidos para os Planos regionais. Já o Plano Municipal de Assistência Social ocupa um lugar estratégico ao possibilitar criar parâmetros para os planos de trabalho dos serviços em seus respectivos territórios de atuação, porém, seguindo diretrizes estabelecidas do Plano do município.

Tanto para o âmbito estadual, como para o regional ou o municipal se faz necessário atentar para as diretrizes apontadas no II Plano Decenal, gerando articulação entre os planos. Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, do qual o Diagnóstico Socioterritorial é parte integrante, têm periodicidade de quatro anos, sugere-se a discussão e revisão dos dados quanti-qualitativos em período bianual. Para favorecer a aplicabilidade dos dados do diagnóstico, é importante que os mesmos componham as metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social e, inclusive, sejam retroalimentados pelos Pactos de Aprimoramento de Gestão Municipal do SUAS, uma vez que em ampla medida as metas pactuadas nos Pactos de Aprimoramento dialogam com as desproteções identificadas no Diagnóstico Socioterritorial.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: A utilização de metodologias participativas é viabilizada a partir da incorporação de estratégias que promovam o *diálogo* entre os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no objeto de estudo ou trabalho. Muitos autores apontam o diálogo como caminho para tornar os atores sociais envolvidos mais participativos e ativos perante a realidade social. A ideia central é que tais caminhos permitam aos usuários e aos trabalhadores do SUAS em Minas Gerais a construção coletiva do conhecimento acerca dos territórios vividos, aproximando a gestão do chão.

A escala privilegiada para aplicação das metodologias participativas é a **escala do cotidiano**, nos territórios de referência da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Importa lembrar que mesmo as ruas ou determinados espaços institucionais de longa permanência também se configuram como **territórios do cotidiano**. Esta abordagem se relaciona mais à prestação de atendimento aos usuários na gestão do SUAS, porém não significa que os atores do âmbito estadual e mesmo das Diretorias Regionais estejam isentos de tal tarefa.

Isso se faz importante, pois o trabalho da Vigilância Socioassistencial, ao envolver o diálogo como um dos fundamentos de sua atuação na gestão, pressupõe processos relacionais, em que as metodologias participativas também podem ser aplicadas. Todos os atores do SUAS – SEDESE, Diretorias Regionais, municípios – encontram-se envolvidos na escala do cotidiano, e não somente os usuários e trabalhadores dos serviços que se encontram atuantes nos territórios. As

relações entre os próprios trabalhadores do SUAS, sejam técnicos ou gestores, nos processos envolvendo produção ou disseminação de informações, podem ser mediadas por metodologias participativas. Ou seja, esta estratégia de trabalho não se restringe à esfera da relação entre trabalhadores e usuários dos serviços. Nesse contexto, o conhecimento sobre as diversidades socioculturais e desigualdades socioeconômicas das cidades mineiras também faz parte da agenda dos trabalhadores da SEDESE e das Diretorias Regionais, ainda que em diferentes escalas geográficas e graus de conhecimento das singularidades, se comparados aos dos trabalhadores que se encontram mais próximos aos territórios de vivência.



Com o propósito de (re)conhecer os territórios vividos das cidades mineiras, na escala do cotidiano, bem como identificar suas principais características, a estratégia de trabalho na forma de metodologias participativas aqui proposta apresenta os seguintes objetivos:

1. Conhecer as diversidades e desigualdades de condições de vida presentes no cotidiano de vivência dos sujeitos participantes, a partir da identificação coletiva de situações de proteção e desproteção social, que revelam a relação demandas/ofertas de proteção social;
2. Construir processos de construção coletiva do conhecimento sobre os territórios vividos, tornando visíveis experiências comuns e práticas de luta e resistência; e,
3. Agregar os conhecimentos dos territórios vividos às informações levantadas no diagnóstico socioterritorial, combinando os sentidos de demandas e ofertas de proteção social.

Cena 2: Entre “grandes números” e “números miúdos”

Nesta cena, propomos o diálogo em torno da construção do conhecimento, que se faz não somente a partir dos dados oficiais estatísticos, produzidos pelos institutos especializados, mas também das informações coletadas a partir das percepções e experiências de quem vivencia os territórios no seu cotidiano. É aqui que tratamos do encontro entre os chamados “grandes números”, aqueles que representam estatisticamente as situações, condições de vida do estado de Minas Gerais e de seus 853 municípios, e aqueles que aqui nomeamos de “números miúdos”, que são as informações fornecidas de quem vive o dia a dia no território.

Consideramos que tanto os “grandes números” como os “números miúdos” são igualmente importantes para dar vida aos instrumentos de trabalho da Vigilância Socioassistencial, na medida em que podem ser atualizados, produzidos por especialistas no assunto, mas também pelos trabalhadores e usuários do SUAS. Aqui se torna possível transformar processos e produtos da Vigilância Socioassistencial, que são originalmente técnicos, em processos e produtos de conhecimento coletivo, feitos por várias cabeças, mãos e pés daqueles que estão mais próximos dos chãos de Minas Gerais.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: Para a elaboração do diagnóstico, a partir da perspectiva socioterritorial, é importante organizar e sistematizar os inúmeros dados secundários disponíveis (IBGE, SAGI/MDSA, Fundação João Pinheiro, SEDESE, Diretorias Regionais da SEDESE, prefeituras, CadÚnico, CECAD) bem como buscar um equilíbrio entre tais dados e os dados qualitativos observados no território vivido, respeitando as peculiaridades de cada território, a participação dos trabalhadores e usuários do SUAS no processo de construção, como já visto, e principalmente o aprimoramento da utilização de metodologias qualitativas.

Tanto os dados estatísticos quanto os atores sociais envolvidos precisam fazer a leitura da realidade, mantendo um diálogo com o território para que o diagnóstico ultrapasse a perspectiva de um instrumento de gestão limitada aos profissionais envolvidos na gestão, mas que seja um instrumento fundamental para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais utilizado pelos profissionais que atuam na ponta.

Assim, o Diagnóstico Socioterritorial pode ser construído por informações na forma de números e estatísticas, como também por informações que se traduzem em histórias de vida dos lugares, de suas famílias e instituições, atores sociais os mais diversos. Para isso, se faz necessário definir também quem participa desse processo de construção do conhecimento, em que são igualmente valorizados os dados estatísticos, bem como os dados considerados mais qualitativos. Trata-se de duas formas de ler a realidade que são complementares. (BRASIL, 2013b, p. 71).

Trazer para o diagnóstico socioterritorial tanto os “grandes números” como os “números miúdos” das cidades mineiras se torna uma tarefa fundamental, pois cada cidade e dentro de cada uma delas se apresentam condições diversas, desiguais e discrepantes. Tornar visíveis estas condições é que vai dando cor e vida a cada um destes territórios, fazendo do diagnóstico um elemento

igualmente vivo, que pode ser construído e usado pelos trabalhadores e usuários do SUAS.

A tabela a seguir mostra, comparativamente, como se classificam as cidades brasileiras e mineiras quanto à presença das ruralidades, representando os “grandes números”⁴.

BRASIL – CLASSES: ESSENCIALMENTE RURAL, RELATIVAMENTE RURAL, URBANO	Total Municípios Brasil	%	Total Municípios MG	%	Total População Brasil	%	Total População MG	%
1A Essencialmente rural "Isolado"	562	10%	51	6%	10.172.453	5%	698.936	3%
1B Essencialmente Rural "Próximo"	2.654	48%	532	62%	26.567.059	14%	4.608.454	22%
2A Relativamente Rural "Isolado"	276	5%	38	4%	8.658.211	5%	2.708.555	13%
2B Relativamente Rural "Próximo"	1.466	26%	153	18%	25.026.670	13%	1.422.439	7%
3B Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais	232	4%	34	4%	19.764.106	10%	2.695.387	13%
3A Urbano em Metrôpoles e Capitais Regionais	375	7%	45	5%	100.567.300	53%	8.863.789	42%
TOTAIS	5.565	100%	853	100%	190.755.799	100%	20.997.560	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no estudo de BITOUN et al, 2015.

Os “grandes números” mostram que em Minas Gerais 62% dos municípios são considerados “essencialmente rurais e próximos”, totalizando **532 municípios**, com 4.608.454 habitantes vivendo nestes municípios. Ainda a mesma pesquisa indica que há **51 municípios** classificados como “essencialmente rurais e isolados”. Que municípios seriam estes que somados correspondem a quase 70% dos municípios de Minas Gerais? O que significa viver em um município considerado essencialmente rural e próximo da sede da cidade ou em outro isolado?

Certamente, o diagnóstico socioterritorial das Diretorias Regionais em que estes municípios se encontram e os deles próprios exigirão uma aproximação sobre essa realidade essencialmente rural, e possivelmente cada uma destas realidades rurais será distinta, exigindo, por sua vez, a busca pelos “números miúdos” ao se adentrar em cada uma delas e em seus territórios.

⁴Como citado anteriormente, usamos como referência o estudo publicado por Jan Bitoun e outros pesquisadores nos Anais do XVI ENANPUR (Belo Horizonte, 2015).

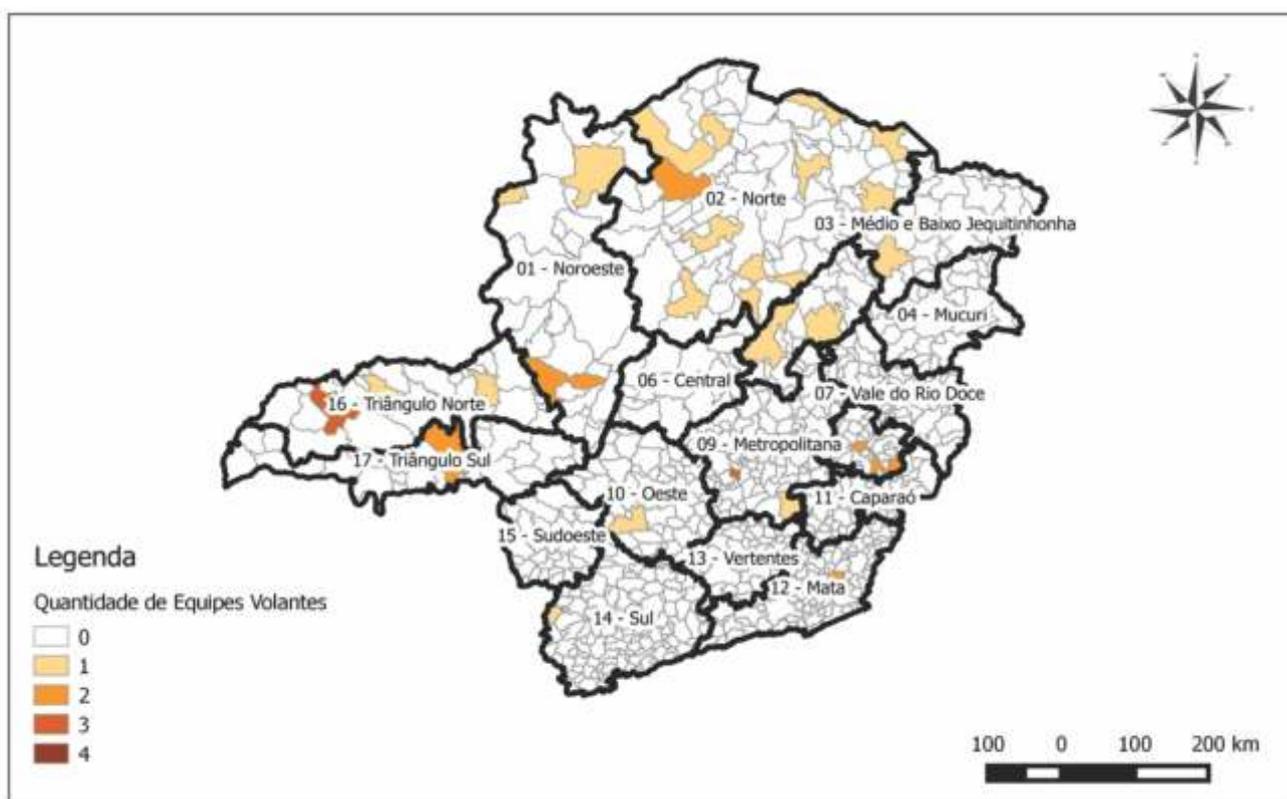
PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: se a base dos planos de Assistência Social for construída a partir de diagnósticos compostos pela combinação de “grandes números” e “números miúdos”, seus conteúdos terão mais possibilidades de contemplar os desafios que se colocam mais próximos das particularidades dos territórios mineiros. O espaço que a Vigilância Socioassistencial e o diagnóstico socioterritorial ocupam no processo de normatização e organização da Assistência Social é um marco fundamental no âmbito do SUAS, visto que historicamente foi marcado por descompassos entre as vulnerabilidades sociais e riscos identificados no território e o planejamento e execução da política pública (KOGA, 2016).

De acordo com a autora, em ampla medida, na Política de Assistência Social, vivenciamos uma naturalização do distanciamento identificado entre as ferramentas de gestão e planejamento frente à realidade na qual se pretende intervir, o que impacta diretamente a relação entre o planejamento e a execução das intervenções e as famílias e indivíduos atendidos e ou acompanhados pela Assistência Social. Torna-se cada vez mais urgente e imprescindível a discussão acerca da função do diagnóstico socioterritorial, uma das ferramentas de gestão mais relevantes no interior da Política de Assistência Social, como parte integrante dos Planos de Assistência Social (Municipais, Estaduais e Federal), sobretudo nos Planos Municipais de Assistência Social, uma vez que se trata da esfera mais próxima do cotidiano vivenciado pelos usuários e potenciais usuários da Assistência Social (KOGA, 2013).

O mapa e a tabela a seguir foram publicados em outubro de 2015 no Boletim nº 1 da Vigilância Socioassistencial (MINAS GERAIS, 2015b). Observando-os percebemos as diversidades na distribuição das equipes volantes, que evidenciam a importância do planejamento a partir das informações gerais sobre os municípios que as possuem, e também a partir das informações sobre como cada equipe volante organiza seus trabalhos, pois a maioria encontra-se referenciada nas áreas urbanas. É com base nos “grandes números” e nos “números miúdos” sobre as equipes volantes que é possível se pensar os planos regionais e municipais de Assistência Social dos municípios com populações rurais mais isoladas.

A seguir o mapa da distribuição dos CRAS que possuem equipe volante pelo estado. Observa-se que o Norte de Minas é a região com mais municípios que possuem equipe volante, pois são municípios com grande extensão territorial, que necessitam ainda mais dessa forma de serviço (MINAS GERAIS, 2015b).

Quantidade de Equipes Volantes por Município. MinasGerais. 2014.



Fonte dos dados: Censo SUAS 2014
 EPSG: 4674
 Fonte do Plano de Fundo: GeoMinas
 Elaborado por DIVISOM/SMC/SUBAS/SEDESE

Fonte: MINAS GERAIS, 2015b.

De acordo com a tabela a seguir, a grande maioria dos CRAS que possuem equipes volantes se localiza na área urbana, central ou periférica. A despeito de a equipe volante atender às populações rurais mais isoladas, a localização da sede do CRAS é mais centralizada, majoritariamente urbana (MINAS GERAIS, 2015b).

Qualificação de CRAS com equipe volante, por localização, Minas Gerais, 2015		
Localização do CRAS	Nº CRAS	% do total
Urbano Central	114	52,29%
Urbano Periférico	97	44,50%
Rural	05	2,29%
Intinerante	02	0,92%
Total	218	100%

Fonte: MINAS GERAIS, 2015b.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: Ao contemplar as duas abordagens (quantitativa e qualitativa), o Diagnóstico será capaz de realizar uma *leitura* da realidade local, ultrapassando os dados quantitativos, mas entendendo o território *vivido*, tornando mais concretas as situações e experiências de proteção e desproteção social, assegurando o planejamento e execução de intervenções aderentes aos diversos territórios mineiros. As metodologias participativas são caminhos fundamentais para se (re)conhecer os “números miúdos” que estão, em sua maioria, escondidos, invisíveis para a gestão do SUAS.

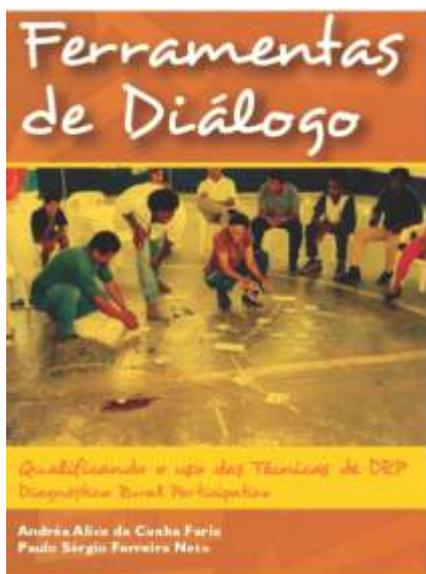


Por isso a importância da Vigilância Socioassistencial aprender a trabalhar com estas técnicas que, além de fazer parte do trabalho social, podem ser elementos-chave para trazer à tona as informações que se passam no cotidiano dos territórios dos municípios e das Diretorias Regionais, agora com a presença dos CREAS Regionais. Consideramos que a técnica em si não é o fator mais importante para este processo de construção coletiva, mas toda a movimentação, a articulação que ela pode provocar. Por isso, a melhor técnica ou estratégia metodológica para se conseguir a mobilização dos atores em torno do território será aquela mais próxima do contexto sociocultural e, ao mesmo tempo, com flexibilidade para ser transformada de acordo com esse contexto vivenciado pelos atores sociais no território.



A rica e diversa realidade mineira coloca importantes desafios às metodologias participativas, pois estas pressupõem o reconhecimento, a valorização e o respeito às diversidades socioculturais, que marcam a formação das cidades mineiras e suas populações. **Há que se descobrir técnicas participativas experimentadas a partir de realidades mineiras.** Trata-se de buscar nas proximidades dos municípios este conjunto de práticas, que possam inspirar processos de descoberta dos “números miúdos” dos territórios miúdos. Encontram-se no Texto de

Apoio em anexo algumas referências em torno do Mapa Falado, que pode ser utilizado como uma técnica participativa para cartografar vivências de situações de proteção e desproteção social em determinado território. A seguir duas publicações que podem servir como fonte de inspiração para caminhos participativos:



– Livro Ferramentas de Diálogo. Autores: Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto. Brasília: MMA; IEB, 2006. Disponível em: http://www.iieb.org.br/files/3413/5215/3883/public_iieb_guia_metodologico.pdf.

– Livro Metodologia Participativa. Autor: Markus Brose. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

Cena 3: Entre a caneta e os pés no chão

Esta terceira cena busca traçar algumas linhas de conversa em torno do desafio que é para a Vigilância Socioassistencial manter-se conectada à gestão, sem desconsiderar o chão da realidade em que acontece a gestão. Pois, ao lidar com o mundo dos números, das cifras, das informações sobre famílias, indivíduos, territórios e serviços, é muito fácil a gestão se afastar de suas raízes, isto é, do chão em que este conjunto de dados brota. Nesta cena, buscaremos como construir caminhos que fortaleçam a proximidade entre chão e gestão, entre diagnóstico, plano e execução, de tal forma que as funções de proteção social e defesa de direitos se concretizem em respostas conectadas com a dinâmica dos territórios de atuação do SUAS. Lembramos do disposto no II Plano Decenal:

A luz dessas diretrizes e objetivos, o pilar de sustentação do próximo período é o de **aprimoramento do SUAS**. Considerando os resultados bastante expressivos já alcançados na primeira década, no que concerne à estruturação e implementação do Sistema, é preciso **avançar** para que as provisões sejam acessíveis, de qualidade e condizentes com as **necessidades sociais dos diferentes públicos e territórios**. É necessário que a gestão do Sistema seja aprimorada, considerando, dentre outros aspectos, o **pacto federativo** entre os entes, as **regulamentações** que conferem **institucionalidade** ao Sistema, a **gestão do trabalho e a Vigilância Socioassistencial**. (BRASIL, 2016, p.27).

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL: A expectativa do Diagnóstico Socioterritorial equivale à utilização de abordagem quanti-qualitativa, com vistas a favorecer uma leitura mais ampla da realidade analisada a partir da utilização de dados mensuráveis, e igualmente compreender as tramas de vivências dos usuários do SUAS, para garantir o alcance das seguranças sociais ofertadas por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Nesse sentido, o diagnóstico socioterritorial abarcará as informações que se referem à cidade legal, formal, e também à cidade real e seus múltiplos agentes. A vivacidade do diagnóstico socioterritorial implica nesse acompanhamento do movimento da realidade, das dinâmicas presentes, que incluem as práticas solidárias e protetivas misturadas às situações de conflitos sociais, que também fazem parte da agenda do cotidiano dos territórios.

O Diagnóstico Socioterritorial se configura como um processo de movimento/mobilização, que envolve diferentes informações e, ao mesmo tempo, diferentes atores da informação. Tanto as informações quanto os atores necessitam manter um diálogo, constituírem uma linguagem de entendimento para que o diagnóstico não corra o risco de se tornar mais uma peça técnica, fechada e limitada a uns poucos iluminados da gestão. (BRASIL, 2013b, p.67).



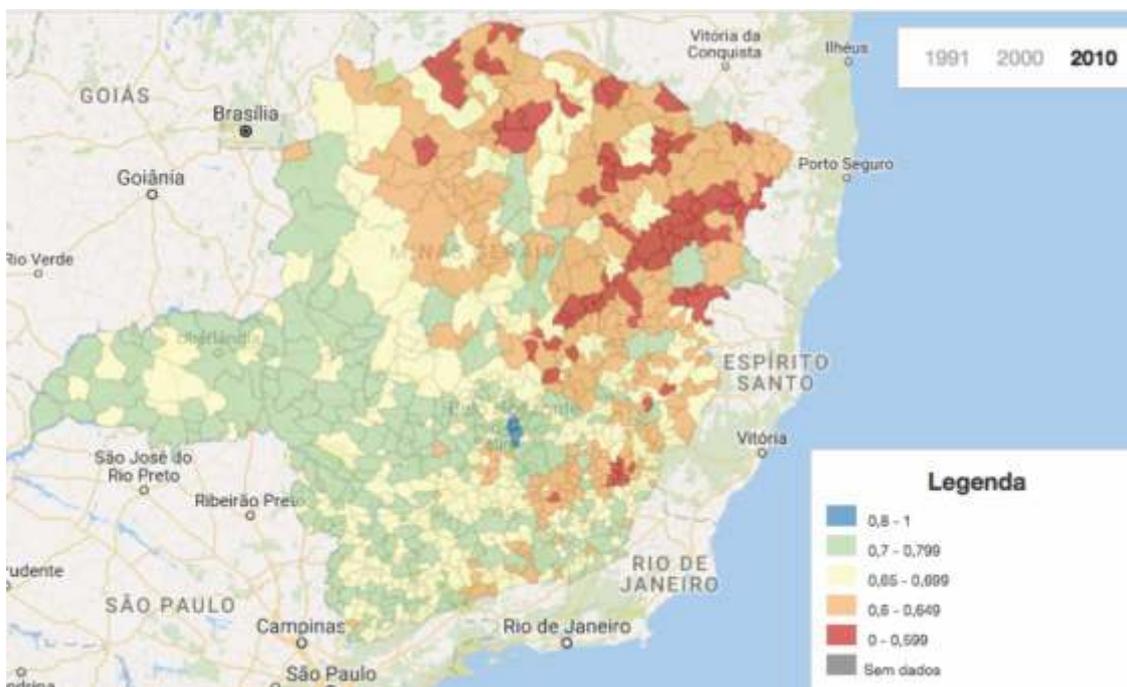
Reafirmamos que a utilização de metodologias participativas como o Mapa Falado se deve ao fato de que o Diagnóstico Socioterritorial deve expressar a realidade e particularidades

dos municípios, de modo que demonstre as principais vulnerabilidades e riscos existentes no território, de um lado, e de outro que apresente as presenças de proteção social a partir das respostas do SUAS e demais práticas existentes no município. Trata-se de um terreno complexo e que demanda várias e variadas aproximações para se realizar leituras socioterritoriais que permitam olhar para os números, decifrando o que eles mostram, mas principalmente o que eles escondem, ou melhor, o que não se torna visível à primeira vista. Por isso, a necessidade de fazer do diagnóstico não somente um produto para o plano, mas também um processo contínuo e vivo que contribua para manter a gestão atenta ao movimento da realidade onde ela atua.

➡ Como exemplo, trazemos, a seguir, retratos da cartografia de Belo Horizonte, a partir do Censo 2010, demonstrando que a cada escala surge uma nova cidade. **Afinal, que cidade é esta?** Talvez seja essa a grande pergunta que o diagnóstico socioterritorial busca responder, e também: **Que estado é este? Que regional é esta?**

Mapa / Município

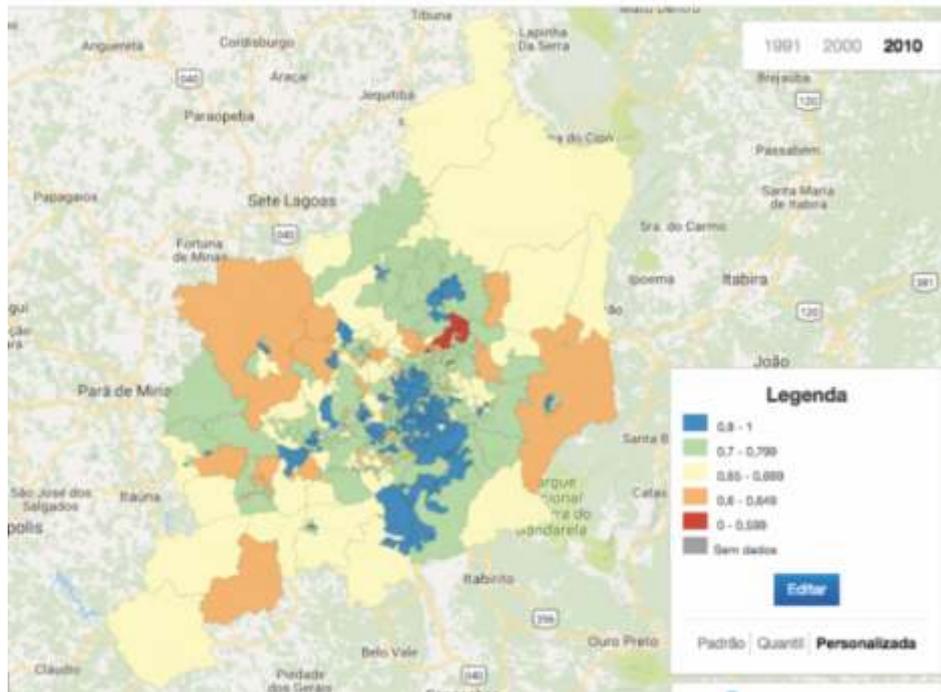
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Belo Horizonte = maior IDH do estado de MG

Mapa / UDH

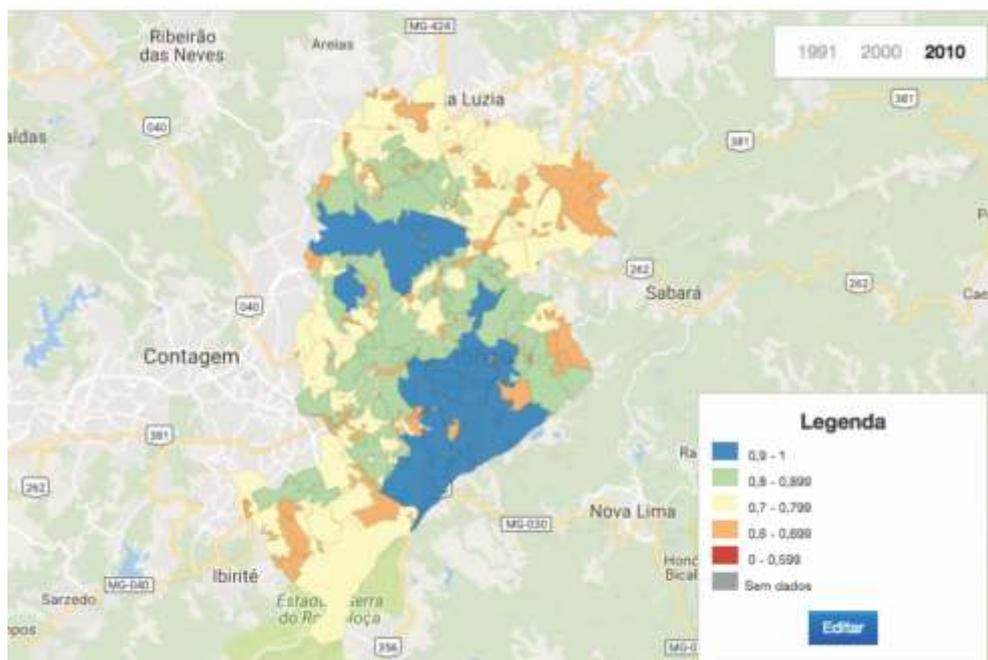
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Região Metropolitana Belo Horizonte: IDH – Unidades de Desenvolvimento Humano

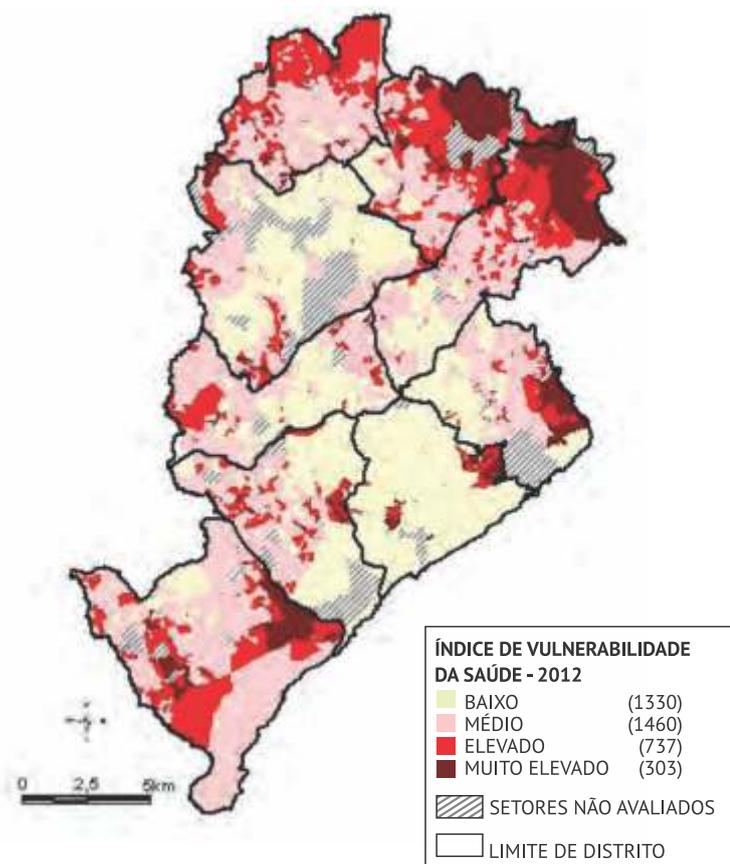
Mapa / UDH

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Belo Horizonte = IDH – Unidades de Desenvolvimento Humano

Belo Horizonte IVS 2012

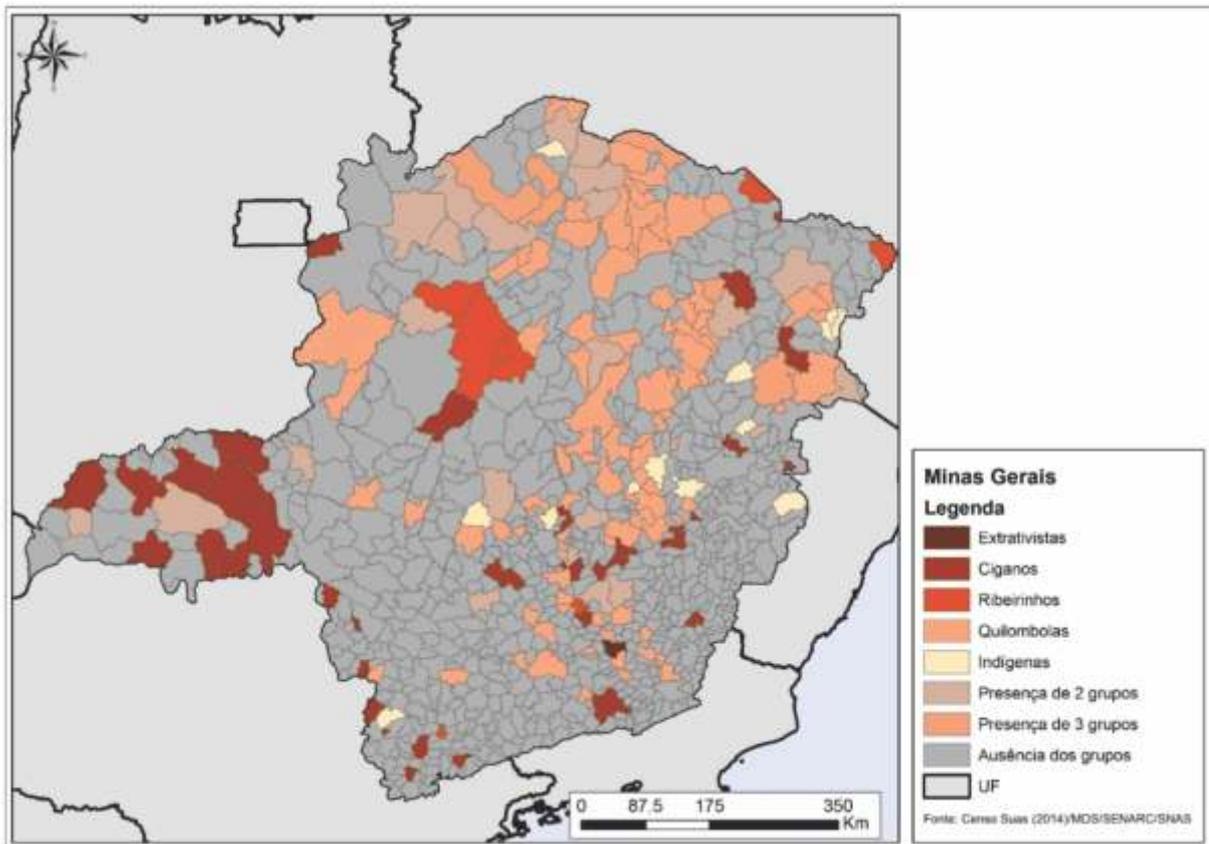


Belo Horizonte – Índice de Vulnerabilidade Social – Setores Censitários

PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Cabe, como demonstrado anteriormente, aos Estados e Municípios, a utilização de indicadores secundários existentes nas mais diversas fontes de dados, bem como a elaboração de indicadores e metodologias qualitativas que permitam a identificação das especificidades locais, favorecendo, inclusive, a alocação de recursos nas demandas mais latentes, bem como o planejamento e execução de estratégias de proteção social e de defesa de direitos. Tal como ocorre com o diagnóstico socioterritorial, o processo de elaboração do Plano de Assistência Social deve levar em conta as informações capturadas a partir da realidade dos usuários como parte do trabalho social desenvolvido pelas equipes da rede socioassistencial, uma vez que somente as variáveis e indicadores quantitativos não são capazes de expressar tais especificidades e particularidades do território. Desse modo, é fundamental ter um olhar atento e apurado frente às metas pactuadas no Pacto de Aprimoramento da Gestão e as desproteções sociais identificadas a partir das oficinas do Mapa Falado, que devem ser

incorporadas aos Planos Municipais de Assistência Social como estratégias para o aprimoramento dos serviços de proteção social.

➡ Dentre as particularidades a serem contempladas nos planos incluem-se aquelas que se referem à presença de povos e territórios tradicionais. No mapa a seguir, com base no Censo SUAS 2014, podem ser observadas essas presenças nos municípios mineiros, sendo que em alguns se encontram mais de um grupo de comunidade tradicional.



Fonte: BRASIL, 2015.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: Quando se trata de aproximar a gestão do chão, certamente as metodologias participativas desempenham um papel central, e podem ser utilizadas de forma combinada a processos de trabalho social desenvolvidos junto aos diversos grupos presentes nos serviços socioassistenciais. A equipe responsável por tais atividades no município deve selecionar a metodologia que melhor se adequa à realidade vivenciada e permita a leitura da realidade local. Considerando o número de municípios mineiros (853), bem como o porte populacional dos mesmos, no qual a maioria apresenta população inferior a 20.000 habitantes,

foi indicado o Mapa Falado como uma metodologia aderente a tais características, embora sejam os trabalhadores do SUAS atuantes em seus respectivos territórios que farão a escolha da melhor estratégia.

O potencial das metodologias participativas está em agregar ao conhecimento mais normativo, técnico e teórico acumulado no âmbito do SUAS outros conhecimentos que surgem a partir das práticas e experiências vivenciadas no cotidiano dos territórios em que se encontram os serviços, os cidadãos. Nesse sentido, o diagnóstico socioterritorial pode contemplar a história da cidade, as histórias dos territórios, que podem estar registradas ou não. Incluí-las é uma forma de “recontar” a história do lugar, trazer essas narrativas, que de tão “miúdas” podem ser desconhecidas de muitos da cidade. E possivelmente trata-se de histórias que se encontram mais na memória do povo do que nos livros. Trata-se de histórias combinadas com as heranças que marcam os territórios em que foram vivenciadas, e que Milton Santos chamou de “rugosidades”.

Histórias das trajetórias do lugar e das famílias: as cidades mineiras (e os mineiros) são recheadas de histórias, trajetórias diversas marcadas por experiências singulares que trazidas para a gestão podem contribuir para contextualizar determinadas particularidades dos territórios ou de situações de proteção/desproteção social que estão articuladas a estas trajetórias. As histórias dão sentido aos “números frios” de um lugar ou mesmo de uma família. Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial pode incluir dentre seus bancos de dados, banco de histórias de vida de territórios e famílias. Vale a pena lembrar o que afirma Ana Clara Torres Ribeiro:

Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros, da rugosidade que permite a sua sobrevivência e dos vínculos sociais que transcendem a visão censitária da sociedade, ou seja, a colagem da população ao espaço através do domicílio. (RIBEIRO, 2012, p. 65).

As metodologias participativas possibilitam que a Vigilância Socioassistencial olhe para os territórios para além da perspectiva censitária, em que a identificação da população se dá pela sua condição de “domiciliado”. Daí a insistência pelo comprovante do endereço fixo. Necessário se

faz o “reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros”.

Terminamos o Ato 2 trazendo de volta Guimarães Rosa:

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região – que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade.

Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província, Formosa Província.

O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História.

De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe. (Revista “O Cruzeiro”, em 25 de agosto de 1957).

SENTIDOS E CAMINHOS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS

ATO 3: O LUGAR DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL EM MINAS GERAIS: NO CHÃO E NA GESTÃO

CENÁRIO:



ATORES: Diretorias Regionais da SEDESE, 853 municípios mineiros, serviços, trabalhadores e gestores do SUAS, usuários do SUAS.

CENAS:

1. O caráter pedagógico da Vigilância Socioassistencial no cotidiano da gestão
2. Disseminação das informações
3. Vigilância Socioassistencial: processo e produto

Este terceiro ato busca aproximar-se do cotidiano da gestão do SUAS em Minas Gerais, envolvendo as suas diferentes escalas. Dessa forma, traz para as cenas, além dos trabalhadores e usuários do SUAS, as

22 Diretorias Regionais da SEDESE, os 853 municípios, os serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial que atuam no dia a dia da Política de Assistência Social. Tentaremos trazer algumas cenas desse cotidiano, e como a Vigilância Socioassistencial vai ocupando seu lugar. Partimos da ideia que a Vigilância Socioassistencial tem um caráter pedagógico, isto é, como uma nova função ela precisa ser compreendida e construída junto com os trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social. Como parte dessa construção, uma tarefa importante da Vigilância Socioassistencial a ser trazida à cena é a disseminação das informações, tornar pública a informação pública produzida na gestão, como foi visto no Ato 2 desse Caderno. Nesse sentido, podemos experimentar que, na prática, a Vigilância Socioassistencial desenvolve, ao mesmo tempo, processos de trabalho e produtos que possam contribuir para a gestão, na perspectiva do fortalecimento da proteção social e da defesa de direitos.

Cena 1: O caráter pedagógico da Vigilância Socioassistencial no cotidiano da gestão

A Vigilância Socioassistencial por vezes é confundida com “sistema” ou “programa informatizado”. Também é comum ser associada a uma área específica da gestão ou setor, no sentido de que os trabalhadores desta área ou setor é que são os únicos responsáveis para desenvolver o trabalho da Vigilância Socioassistencial. De fato, o campo da produção das informações na Assistência Social tradicionalmente foi deixado em segundo plano, ou apartado dos processos de trabalho “da ponta”. Por isso consideramos importante tratar do caráter pedagógico da Vigilância Socioassistencial hoje, no sentido de que essa função alcance a totalidade do trabalho e dos trabalhadores do SUAS, como anunciado no Caderno 3 do CapacitaSUAS:

A constituição da Vigilância Socioassistencial pressupõe não apenas a organização da estrutura de gestão, mas, sobretudo, a implantação no cotidiano da gestão da cultura do registro e do exercício sistemático de análise.

É por isso que afirmamos que a função de **Vigilância Socioassistencial** não se aloca apenas num setor, mas como **elemento atuante** tanto na gestão e nos territórios de atuação. Trata-se de duas faces da mesma moeda; significa uma ação articulada entre a **perspectiva macro e estratégica da gestão e o cotidiano de atendimentos** e respostas dos serviços, programas e benefícios nos territórios de gestão. (BRASIL, 2013b, p. 35).

É a partir da construção participativa do processo de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das intervenções sociais que a Vigilância Socioassistencial pode fomentar o caráter preventivo e proativo a que pretende. Conforme já apresentado, cabe à Vigilância Socioassistencial, de acordo com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial:

- ✓ Elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial;
- ✓ Contribuir com as áreas de gestão e de Proteção Social Básica e Especial, na elaboração de planos e diagnósticos;
- ✓ Colaborar com a gestão no planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico; e,
- ✓ Utilizar a base de dados do CadÚnico como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços. (BRASIL, s.d.).

Porém, entendemos que o caráter pedagógico pretendido na Vigilância Socioassistencial implica em ultrapassar o caráter administrativo da produção de informações da gestão, para não se correr o risco de excessiva centralização em uma só área ou em determinadas áreas, que se colocam como especialistas de suas informações. Por isso, a implementação da Vigilância Socioassistencial envolve também alterações na cultura de informação, ainda muito presente, como mecanismo de dominação de uma área sobre outras áreas. Esta tarefa, implícita na função da Vigilância Socioassistencial, necessita ser conectada à perspectiva da **informação como campo de construção coletiva do conhecimento**. É nesse sentido que a Vigilância Socioassistencial se articula à Gestão do Trabalho (e à Política Nacional de Educação Permanente do SUAS), pois ambas se encontram destinadas a este movimento de ruptura em relação ao campo da produção de informação como privilégio, para se alcançar novas perspectivas fundamentadas na condição de que os trabalhadores do SUAS são sujeitos nesse processo coletivo de construção do conhecimento, conforme a professora Maria Carmelita Yazbek afirma:

Neste sentido, traz a exigência de que os trabalhadores da Assistência Social sejam sujeitos de sua própria educação e não objeto dela. Portanto, sujeitos ativos na construção de seu

conhecimento, responsabilizando-se por sua educação, procurando meios que levem ao seu crescimento e aperfeiçoamento de sua ação. Estamos assim diante de um processo dinâmico e contínuo que permite o desenvolvimento do pensamento livre e da consciência crítico-reflexiva comprometida com a ação. (YAZBEK, 2014, p.134).

SEDESE: quando a SEDESE lança o Programa Qualifica SUAS buscando articular processos de capacitação e supervisão técnica e, ao mesmo tempo, trata dentro destes processos conteúdos diagnosticados como importantes demandas de aprimoramento do SUAS em Minas Gerais, desencadeia-se uma direção pedagógica. Um dos conteúdos a serem trabalhados nestes processos é justamente o da Vigilância Socioassistencial. Este campo, articulado entre processos de educação permanente e implementação da função da Vigilância Socioassistencial na esfera estadual, se coloca como estratégico para as diretrizes e bases comuns a orientar as Diretorias Regionais e os municípios mineiros.



DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: o reconhecimento das desigualdades socioterritoriais e das diversidades socioculturais na escala regional é fundamental. Cada Diretoria Regional se constitui em um universo em que os municípios que dela fazem parte são diferentes, diversos e desiguais sob os mais variados aspectos. Dessa forma, a construção do conhecimento sobre este universo por cada uma das 22 Diretorias Regionais representa um exercício cotidiano fundamental para a compreensão não somente das características dos municípios que as

compõem, mas também das dinâmicas cotidianas que as fazem se relacionar dentro de cada região e entre elas, seja pela proximidade, seja pela necessidade de acesso a recursos. Dessa forma, os caminhos propostos no Ato 2 (diagnóstico socioterritorial regionalizado, planos regionais e metodologias participativas) podem se constituir nos primeiros passos para a constituição do lugar da Vigilância Socioassistencial no âmbito regional.



Considerando que a Diretoria Regional é o espaço institucional da SEDESE mais próximo dos municípios, quanto mais os interlocutores do SUAS no âmbito regional tiverem o reconhecimento de suas desigualdades e diversidades, na forma de demandas e ofertas socioassistenciais, de acordo com a realidade de cada município, mais o sentido da Vigilância Socioassistencial se torna concreto. Pois significa construir uma visão e uma leitura regional da relação proteção/desproteção social presente em cada município da Diretoria Regional. Por exemplo, cada Diretoria Regional possui uma quantidade de municípios e de populações diversas, conforme se observa na tabela a seguir:

ID	REGIONAL	TOTAL	
		MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Juiz de Fora	88	1.373.419
2	Varginha	81	1.472.608
3	Governador Valadares	77	1.011.156
4	Montes Claros	70	1.388.190
5	São João Del Rei	65	1.018.489
6	Divinópolis	64	1.185.076
7	Metropolitana	47	5.329.238
8	Timóteo	47	1.055.271
9	Muriáé	40	549.275
10	Poços de Caldas	35	604.855
11	Teófilo Otoni	31	513.673
12	Curvelo	25	285.059
13	Diamantina	22	231.865
14	Patos de Minas	21	450.392
15	Araçuaí	19	286.240
16	Passos	19	346.271
17	Salinas	19	223.175
18	Uberlândia	19	913.856
19	Almenara	17	203.497
20	Paracatu	17	343.530
21	Ituiutaba	15	258.970
22	Uberaba	15	553.225
TOTAL MG		853	19.597.330

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE de 2010.

Toda vez que se tem nas mãos uma tabela como esta, com a lista das 22 Diretorias Regionais, se faz necessário criar alguma forma de leitura que possa comparar cada Diretoria Regional com as demais. Essa tabela, por exemplo, foi classificada pela coluna da quantidade dos municípios, permitindo identificar que: 1) A Diretoria Regional de Juiz de Fora é a que apresenta o maior número de municípios (88), quase 6 vezes mais que a Diretoria Regional de Uberaba ou a de Ituiutaba, que apresentam apenas 15 municípios cada; 2) Quando se olha para a população total desses municípios, a Diretoria Regional Metropolitana é a mais populosa de todas, com 5,3 milhões de pessoas, apesar de apresentar 47 municípios. Por sua vez, a Diretoria Regional de Almenara (nordeste de Minas) é a que apresenta o menor contingente populacional, com apenas 203.497 habitantes.

Um dos exercícios para construir o lugar da Vigilância Socioassistencial na gestão do SUAS nas Diretorias Regionais é passar a comparar cada uma delas com as demais (para não se perder a visão do estado de Minas Gerais e suas diversidades) e, a partir daí, olhar para dentro de cada Diretoria Regional e verificar as diversidades e desigualdades existentes entre os municípios que dela fazem parte. Dessa forma, tabelas classificadas pela ordem alfabética dos nomes das Diretorias Regionais ou dos seus municípios servem mais para ordenar uma tabela com outra, mas menos para comparar os dados. Será a **coluna do indicador** (em números absolutos e ou proporcional) que deverá ser classificada por alguma ordem de grandeza (da maior incidência para a menor ou vice-versa) para se começar a enxergar como cada Diretoria Regional ou município está em relação aos outros. Outra dica: ter sempre uma **linha de totalização** (Brasil, Minas Gerais e ou Regional) para comparar cada município ou Diretoria Regional com o país, com o estado ou com as outras.

MUNICÍPIOS MINEIROS: além de participar dos processos de capacitação, os Municípios sentem a necessidade de aplicar na prática, no dia a dia da gestão, os conteúdos trabalhados nos cursos e encontros. No caso da Vigilância Socioassistencial, uma das formas de participar deste processo é apoiar o conjunto dos trabalhadores do SUAS (incluindo das organizações parceiras) no levantamento, leitura e análise das informações sobre os diferentes territórios do município, seja por meio dos diagnósticos socioterritoriais, planos ou metodologias participativas, como visto no Ato 2. A participação dos trabalhadores no levantamento, leitura e análise das informações vai concretizando o sentido da Vigilância Socioassistencial enquanto uma função no SUAS e não somente um setor. Isto pode ser feito entre equipes ou mesmo entre uma equipe e um trabalhador ou entre dois trabalhadores. O importante é partilhar os conhecimentos, as

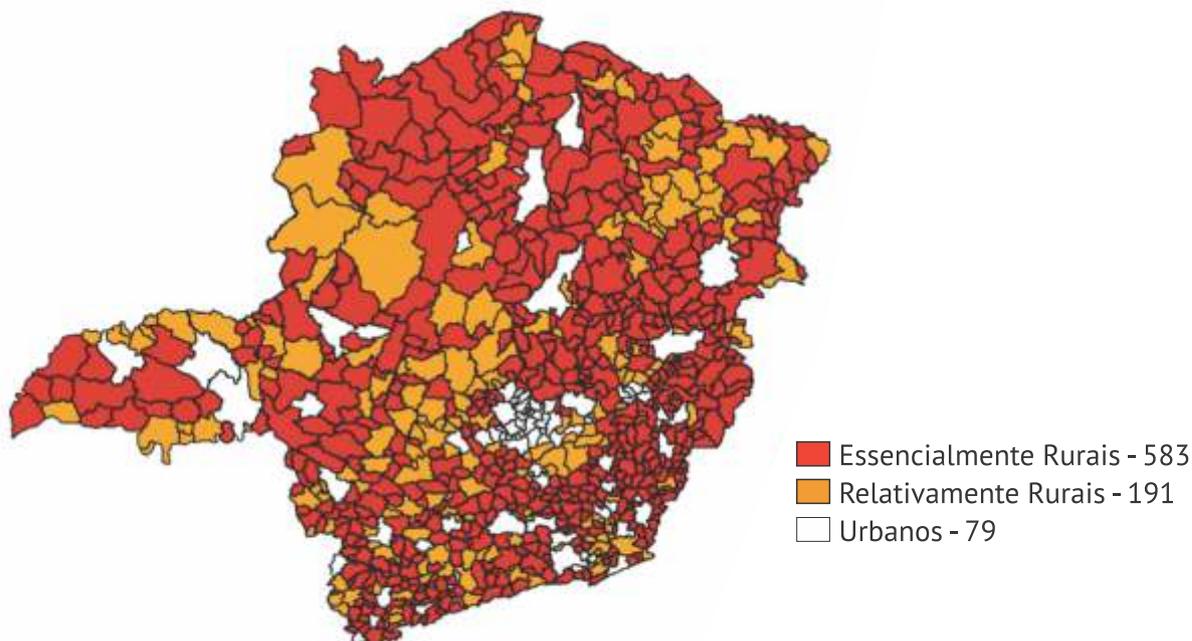
informações sobre os territórios do município, desde Serra da Saudade (com 815 habitantes, de acordo com o Censo 2010) até Belo Horizonte (com 2.375.151 habitantes segundo o Censo 2010).



É muito interessante perceber como a **ruralidade** marca presença nos municípios mineiros, a ponto de a SEDESE ter colocado como uma de suas prioridades a “Pobreza no Campo”. Precisamos apreender esta diversidade no desenho da Vigilância Socioassistencial, identificando que tipos de informações serão mais relevantes para entender a relação proteção/desproteção social nestes territórios. Em **Minas Gerais, os territórios considerados essencialmente rurais totalizam 583 municípios**, praticamente **70% da totalidade dos municípios mineiros**, e se somarmos os **relativamente rurais, se chega a 774 municípios** e, então, poderíamos dizer que **90% do estado de Minas Gerais pode ser considerado rural**⁵.

No mapa das ruralidades mineiras as cores quentes (vermelho e laranja) que representam os municípios essencialmente e relativamente rurais parecem dominar todo o estado de Minas Gerais.

Mapa das ruralidades mineiras



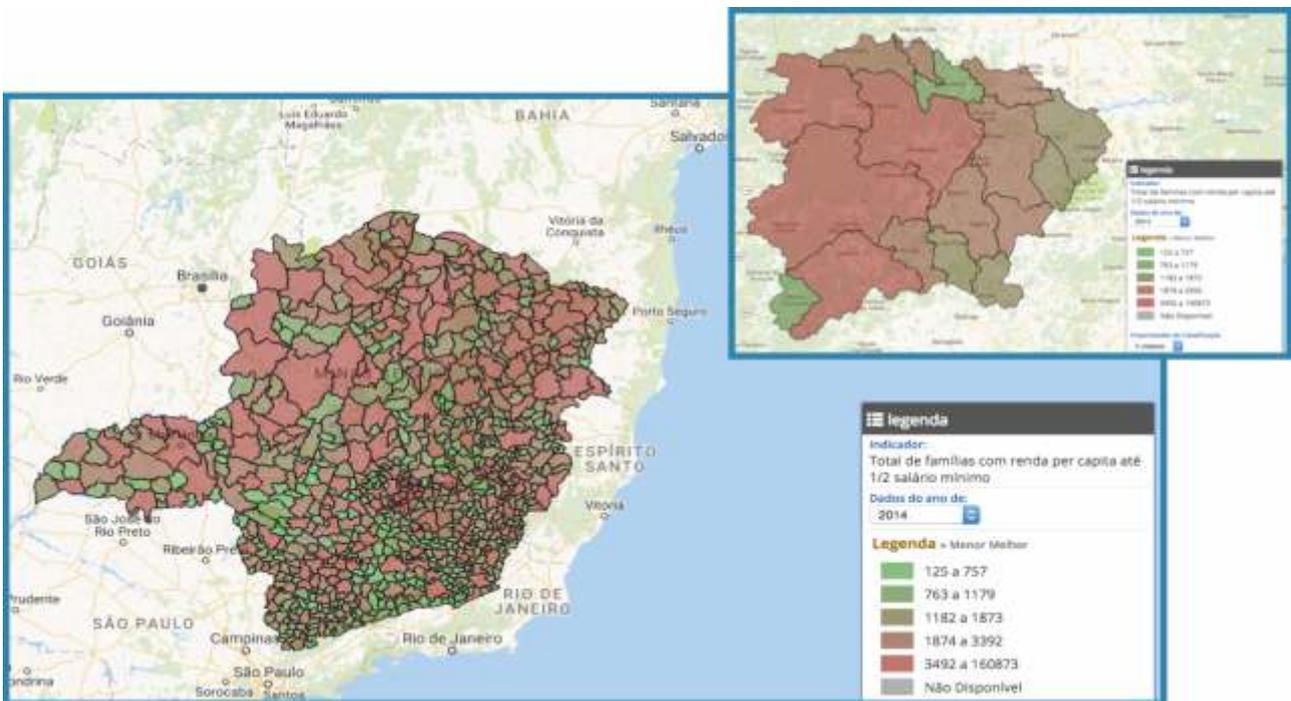
Fonte: Elaborado pelos autores com base no estudo de BITOUN et al, 2015.

⁵Como citado anteriormente, usamos como referência o estudo publicado por Jan Bitoun e outros pesquisadores nos Anais do XVI ENANPUR (Belo Horizonte, 2015).



Sempre que possível, se faz interessante trabalhar as informações do município a partir de alguma cartografia, que pode ser encontrada nos sites do IBGE (escala municipal e por setor censitário), da Fundação João Pinheiro (escala regional e municipal), da SAGI/MDSA (escala municipal e por setor censitário) ou mesmo nos sites de mapas de ruas disponíveis na Internet:

- 1) Localizando o município no mapa do estado de Minas Gerais ou na Diretoria Regional da SEDESE. O site da Fundação João Pinheiro apresenta vários mapas do estado e das Diretorias Regionais, como os do indicador de “Total de famílias com renda per capita até ½ salário mínimo”, representando Minas Gerais e a Diretoria Regional de Almenara a seguir:

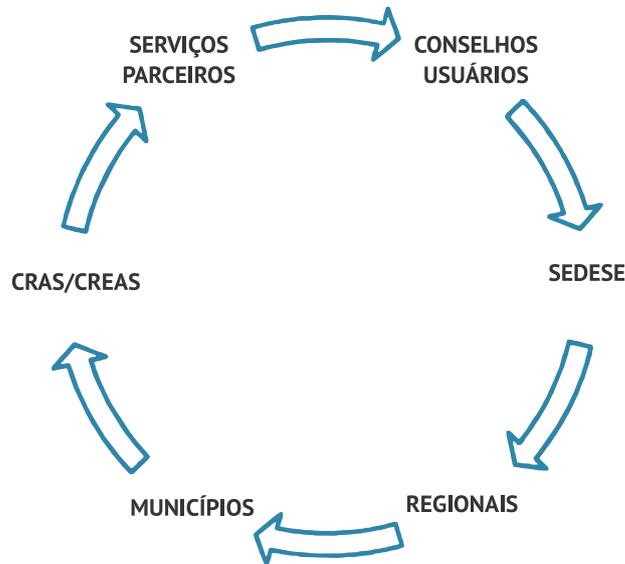


Fonte: Site da Fundação João Pinheiro, 2016.

- 2) Localizando os serviços CRAS, CREAS e conselhos em um mapa de ruas do município, e, se possível, indicando os limites da sede do município e as áreas rurais, a localização de assentamentos rurais, quando existir. Exemplo: localização do CRAS em Almenara.

socioassistenciais. A circularidade das informações é uma forma de democratizá-las, torná-las públicas, e dessa forma disparar processos de construção coletiva do conhecimento.

Nesta cena se faz importante ressaltar o papel da Vigilância Socioassistencial na disseminação das informações, ou seja, fazer com que as informações do SUAS ganhem um movimento de circularidade entre seus diferentes atores.



Ao mesmo tempo, a circularidade das informações permite que se ampliem as perspectivas da Vigilância Socioassistencial para além da “identificação de vulnerabilidade e risco social no território”. A circularidade das informações possibilita que as condições concretas de desproteção social e proteção social venham à tona, se tornem visíveis para outras áreas da gestão, para outros serviços, para outros trabalhadores de outros territórios ou que não estejam atuando diretamente nos territórios. Conforme explicitado no Caderno 3 do CapacitaSUAS:

Significa dizer que a Vigilância Socioassistencial deve responder não só pela **identificação das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e dos eventos de violação de direitos** presentes nos territórios, mas também deve permitir compreender **por que e como se configuram territorialmente as necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais**. Somente assim, poderá **produzir uma visão territorializada e interligada entre demandas e respostas de proteção social e de defesa de direitos socioassistenciais**, orientando os parâmetros dos serviços e benefícios da política de assistência social na direção da prevenção e restauração das desproteções e violações de direitos socioassistenciais. (BRASIL, 2013b, p. 26).

SEDESE: Quando a SEDESE lança o “Caderno de Orientações do Piso Mineiro de Assistência Social”, em abril de 2016, ele vem acompanhado de processos de capacitação e orientações para que todo

este conteúdo seja incorporado pelos 853 municípios e pelas 22 Diretorias Regionais. A existência do Piso Mineiro passa a ser disseminada. Este processo envolve um conjunto de informações e, conseqüentemente, de dúvidas que surgem no decorrer da aplicação das orientações recebidas, que podem ser acompanhadas, sistematizadas e traduzidas em respostas pela Vigilância Socioassistencial na SEDESE, em articulação com a área financeira.

O Piso Mineiro de Assistência Social (PMAS) foi criado em 2010 e caracteriza-se como uma estratégia do Governo do Estado de Minas Gerais para apoiar financeiramente os municípios mineiros no aprimoramento das ações de assistência social, **cumprindo uma das principais competências estabelecidas no âmbito do SUAS para a esfera estadual, que é a de apoiar técnica e financeiramente os municípios na estruturação e implantação de suas ações no âmbito municipal.**

O Piso Mineiro de Assistência Social também corresponde ao preconizado na Norma Operacional Básica (NOB-SUAS, Resolução nº 33/2012), que prevê que o financiamento das ações do SUAS é compartilhado entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e que o cofinanciamento deve ser realizado por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de assistência social, sendo obrigatória a alocação de recursos próprios pelos entes. (MINAS GERAIS, 2016b, p.14).



As informações sobre os recursos financeiros e suas aplicações referentes aos municípios e Diretorias Regionais também compõem o conjunto de banco de dados a ser incorporado pela Vigilância Socioassistencial no âmbito estadual. Tais informações são importantes subsídios para o monitoramento e avaliação, por exemplo, dos custos dos serviços socioassistenciais. Pois, conforme estabelecido na NOB-SUAS 2012, dentre as atribuições da Vigilância Socioassistencial destacam-se:

- ✓ Estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores;
- ✓ Coordenar, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados; e,

- √ Estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e as vulnerabilidades que afetam as famílias e os indivíduos em um dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas. (NOB-SUAS, 2012, Art.91).

DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: Na escala regional, a circularidade das informações se coloca como um elemento estratégico na mediação da SEDESE com os municípios mineiros. Além de serem muitos e distribuídos em territórios muito distantes de Belo Horizonte (capital-sede da SEDESE), os municípios possuem condições de gestão também diversas. Por isso, o fato de as Diretorias Regionais estarem mais próximas dos municípios facilita o diálogo nos processos de levantamento e envio de informações, bem como de retorno dessas informações para os municípios. Além de mediadores, as Diretorias Regionais exercem um papel de “tradutores” das informações, pois tanto a SEDESE pode ter dificuldades para se fazer entender junto aos Municípios, como estes podem não ser compreendidos pela SEDESE. A proximidade das Diretorias Regionais pode facilitar esses processos, ao garantir a circularidade das informações junto aos Municípios e serviços regionalizados.

CREAS REGIONAIS: A presença dos CREAS Regionais certamente representa uma resposta importante enquanto oferta deste serviço de Proteção Social Especial na escala regional, como também uma nova demanda de fluxo de informações entre este serviço e os demais atores da gestão: SEDESE, Diretorias Regionais e Municípios. O exercício da função de Vigilância Socioassistencial nestes serviços se fará cada vez mais crucial, pois é nesse lócus territorial que a gestão do SUAS em Minas Gerais poderá enxergar melhor os processos geradores do que hoje se identifica como situações de vulnerabilidade e risco social, pois extrapola os limites administrativos dos municípios. Passa-se a ter uma perspectiva da escala socioterritorial destas manifestações de desproteção social: a dimensão das situações e trajetórias de vidas que envolvem violação de direitos, fraturas sociais e conflitos sociais. Trata-se de uma nova escala de serviço ainda pouco experimentada pelo SUAS, e que por isto exigirá um fluxo muito intenso e constante de diálogo e troca de informações entre os vários atores envolvidos, para que as respostas de proteção social e defesa de direitos sejam devidamente aprimoradas.

MUNICÍPIOS MINEIROS: A circularidade das informações no âmbito da gestão municipal se coloca como o combustível para manter vivo e cotidiano o diálogo com os serviços do município, e até com a gestão de municípios vizinhos. Quanto mais as informações circularem menos os cidadãos

terão que circular para acessar os seus direitos, perambulando à busca do atendimento de que necessitam. Aqui vale lembrar que boa parte dos municípios mineiros é rural e dessa forma a circulação das informações necessita ser adequada às condições desta ruralidade, tanto do ponto de vista da linguagem, como dos meios de sua transmissão, que dependem, inclusive, de infraestrutura informacional. Vale lembrar também que as ferramentas utilizadas pelo Governo Federal são todas informatizadas.



As múltiplas realidades dos municípios mineiros demandam pensar em fluxos de informações baseados no mundo urbano e rural para fazer a circularidade acontecer. A informação não precisa somente chegar, mas também retornar para os usuários, para os serviços, para a gestão do SUAS do município, das Diretorias Regionais, da SEDESE, dos outros municípios. O que significa uma Vigilância Socioassistencial no mundo rural?



Ou, o que significa a Vigilância Socioassistencial, a proteção social e a defesa de direitos do ponto de vista da cultura indígena, ao considerar, por exemplo, que um dos dez municípios com maior número de população indígena do país está localizado em Minas Gerais, na cidade de São João das Missões? E que, do total de 7.936 que se declaram indígenas no Censo de 2010, 7.528 residem na área rural e representam 66,8% do total da população indígena que reside no estado mineiro?

Unidades da Federação	Municípios mais populosos	População residente	Proporção em relação à população no estado (%)
	Total	126.593	
AM	São Gabriel da Cocheira	29.017	17,2
AM	São Paulo de Olivença	14.974	8,9
AM	Tabatinga	14.855	8,8
SP	São Paulo	12.977	31,0
AM	Santa Isabel do Rio Negro	10.749	6,4
AM	Benjamin Constant	9.833	5,8
PE	Pesqueira	9.335	17,5
RR	Boa Vista	8.550	17,2
AM	Barcelos	8.367	5,0
MG	São João das Missões	7.936	25,5
	Rural	98.806	
AM	São Gabriel da Cachoeira	18.001	13,4
AM	Tabatinga	14.036	10,4
AM	São Paulo de Olivença	12.752	9,5
AM	Benjamin Constant	8.704	6,5
AM	Santa Isabel do Rio Negro	8.584	6,4
MT	Campinápolis	7.589	20,7
MG	São João das Missões	7.528	66,8
RR	Alto Alegre	7.457	13,1
MS	Amambaí	7.158	12,2
AM	Barcelos	6.997	5,2

Fonte: IBGE, 2010.

CRAS, CREAS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS: é importante considerar que os serviços estão inseridos nos territórios dos municípios, e por isso estão mais próximos do concreto do que acontece nesse cotidiano. As situações com as quais lidam têm nome, sobrenome, cor, cheiro, história, além dos dados cadastrais transformados em relatórios no final do mês ou do ano. Ou seja, os serviços normalmente são reconhecidos pela gestão como fornecedores de informações, além de prestadores de conta dos serviços executados. Por isso, a circularidade das informações no âmbito dos serviços é importante para romper com a lógica de mão única em que os serviços se tornam meros fornecedores de dados e não produtores de informação, que implica em processos de sistematização e análise entre os serviços e a gestão. É nesta lacuna que a Vigilância Socioassistencial pode ganhar sentido nos serviços, enquanto lócus de produção, sistematização e análise de informações, de forma articulada com a gestão.



Quando um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que atende à população de sete a 14 anos começa a perceber que atende adolescentes de outros lugares da cidade, surge a questão: é preciso ou não restringir o atendimento a quem é das redondezas do território? A essa pergunta poderiam ser agregadas outras, como: De onde estão vindo estes adolescentes? Lá onde vivem existem serviços de atendimento à população? Por que estão vindo acessar este serviço e não outro? A necessidade de conhecer melhor esta nova situação faz parte do sentido da Vigilância Socioassistencial. Uma questão que necessita ser dialogada com a gestão e outros serviços como o PAIF ou PAEFI, a escola e o posto de Saúde presentes naquele território, concretizando a circularidade da informação.

TRABALHADORES DO SUAS: os sujeitos que atuam nos serviços e nas diversas áreas da gestão do SUAS, tal como os serviços, demandam ser reconhecidos como produtores de informação e não meros informantes. Trata-se de colocar a circularidade das informações envolvendo os trabalhadores do SUAS como parte de processos coletivos de construção do conhecimento. A circularidade das informações implica no reconhecimento de que a totalidade dos trabalhadores do SUAS se constituem em sujeitos detentores de conhecimento. Significa dizer que não somente os trabalhadores responsáveis pela Vigilância Socioassistencial são produtores de informações, à medida que, de acordo com as demandas de construção de informações, outros trabalhadores são envolvidos, em uma condição de participantes desse processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial se fortalece como função e não somente como setor da gestão.

Quando a equipe volante de um CRAS sai para fazer seu trabalho na área rural de um município de grande extensão territorial, o papel do motorista se torna fundamental. Este trabalhador, pela própria função, detém um conhecimento sobre os percursos mais adequados a serem realizados, de acordo com o tempo de sol ou chuva, das condições das estradas e das novidades dos lugares. O motorista é um exímio “circulador” de informações. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que atuam na equipe volante se tornam especialistas sobre as singularidades dos territórios rurais, das comunidades tradicionais. Faz-se necessário transformar esses conhecimentos acumulados em aportes para o planejamento do trabalho social rural do município, fazendo circular na gestão a dinâmica do trabalho dessa equipe volante, que é distinta do trabalho de quem se encontra em um serviço fixado na área urbana da cidade.

Cena 3: Vigilância Socioassistencial: processo e produto

Se por um lado a Vigilância Socioassistencial corre o risco de se transformar em uma área distante “da ponta”, por outro corre também o risco de se tornar uma área exclusivamente responsável para produzir informações para as demais áreas da gestão, gerando processos de trabalho em torno das informações sem gerar produtos que a identifiquem como também uma área que concretiza entregas de serviços. Se as funções de proteção social e de defesa de direitos se configuram notadamente como geradoras de ações de atendimento direto aos cidadãos (na forma de serviços, programas, projetos, benefícios), a função de Vigilância Socioassistencial se apresenta mais como uma função apoiadora dessas outras duas.

Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial é, ao mesmo tempo, processo e produto. Pensada ou executada tão somente como processo, como sistema tecnológico ou como um conjunto de procedimentos gera insumos racionais para gestão. Sem dúvida há aqui ganhos no sentido de superar a leitura subjetiva, individual e pontual. Mas, ela precisa gerar resultados, que impliquem na garantia de proteção social e na defesa de direitos. Portanto, para além da constatação da situação encontrada ela permite estabelecer comparativamente o alcance de metas para uma política isonômica para

toda a população brasileira. Nessa direção, a Vigilância Socioassistencial contribui para a construção da isonomia e a efetivação de direitos sociais. (BRASIL, 2013b, p. 17).

Assim, nesta cena, vamos tentar colocar a Vigilância Socioassistencial enquanto uma função que concretiza na forma de produtos uma atuação própria, que lhe proporcione identidade, sentido de ser no SUAS, ainda que sempre de forma articulada e voltada para o fortalecimento das funções de proteção social e de defesa de direitos. Para tanto, vamos trazer para esta cena os usuários dos serviços, além dos atores já presentes nas duas cenas anteriores. Também voltarão a esta cena alguns atores do Ato 2, como o Diagnóstico Socioterritorial e as Metodologias Participativas.

SEDESE: Em outubro de 2015 a SEDESE lança o Boletim da Vigilância Socioassistencial com um título, no mínimo, provocante: “População Rural: estudo técnico sobre as características e a oferta de serviços da Proteção Social Básica para esse público no estado de Minas Gerais”. Este movimento de trazer a público uma análise sobre as condições da população rural em Minas Gerais se constitui, de um lado, como um **processo de reflexão** sobre as particularidades dessa população em confronto com a oferta da Proteção Social Básica. Por outro lado, passa a ser um **produto gerado** pela SEDESE, que pode ser dialogado com as demais áreas da gestão do SUAS de Minas Gerais, incluindo as Diretorias Regionais da SEDESE e os municípios, especialmente aqueles em que esta realidade se faz presente.

Movimentos similares foram gerados em torno de outras temáticas consideradas prioritárias pela SEDESE, como a questão da juventude (Programa Juventudes) e a regionalização dos serviços de Proteção Social Especial. Trata-se de decisões de gestão que foram tomadas a partir de estudos técnicos especializados realizados na SEDESE, gerando processos e produtos no âmbito da Vigilância Socioassistencial, em apoio às áreas responsáveis por suas respectivas implementações.

A estratégia da regionalização é destinada aos municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II que não possuem oferta de serviços de PSE. Os municípios aptos foram identificados por meio de **diagnóstico socioterritorial elaborado pela SEDESE**. A análise teve como base as regras gerais de participação estabelecidas nas normativas nacionais e estaduais,

além de considerar também a concentração da vulnerabilidade socioeconômica municipal (IVM). (MINAS GERAIS, 2015a, p. 9).

DIRETORIAS REGIONAIS DA SEDESE: Da mesma forma que a SEDESE percebe demandas de estudos e pesquisas que possam subsidiar tomadas de decisão em âmbito estadual, as Diretorias Regionais também são desafiadas a gerar processos e produtos que dizem respeito às especificidades regionais. A presença dos serviços regionais, por si só, já passa a fomentar novas demandas de processos e produtos, que envolvem tanto diagnósticos regionais como também planos regionalizados para dar conta das tarefas implicadas nessa empreitada de regionalização fomentada pela SEDESE. Trata-se de uma lógica de gestão diferenciada, que passa a demandar atribuições dessa escala ainda pouco desenvolvida no âmbito do SUAS, como é o caso das Diretorias Regionais. A diretriz regional passa a ganhar concretude e a gerar novas demandas de ferramentas de trabalho social, que tenham por base informações regionalizadas, como se pode observar a partir da presença dos CREAS Regionais, e como foram estabelecidos no âmbito do SUAS de Minas Gerais.

Na configuração regional, o CREAS, além da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) para os municípios definidos na área de abrangência, será um ponto de apoio da proteção especial em todo o Território de Desenvolvimento onde ele estiver implantado. (MINAS GERAIS, 2015a, p. 12).

MUNICÍPIOS MINEIROS: uma das estratégias mais concretas para se visualizar o papel da Vigilância Socioassistencial na escala municipal se encontra nos processos e produtos gerados em torno do Diagnóstico Socioterritorial, lembrando que se trata da primeira parte do Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com a NOB-SUAS 2012. Nesse sentido, o Diagnóstico Socioterritorial é colocado de maneira efetiva no processo de implementação do SUAS, visando alcançar, a cada passo, novos e maiores patamares de qualidade na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às famílias e indivíduos que são públicos das intervenções realizadas na Assistência Social.



Sugerimos aos municípios mineiros a utilização de metodologia quanti-qualitativa para que o diagnóstico socioterritorial consiga realizar a leitura da realidade, aqui denominado de

território vivido. Para tanto, é fundamental não apenas a incorporação ao diagnóstico de dados quantitativos e qualitativos a partir das contribuições de metodologias participativas, como o Mapa Falado, mas, sobretudo, o “cruzamento” dos dados provenientes das duas abordagens, que são complementares, com vistas à elaboração de um diagnóstico que seja vivo e participativo, colado na gestão e no chão dos territórios que está sendo (re)conhecido.

Conforme apontado por Koga (2008, p. 3), “(...) *Faz-se necessário associar aos números outros olhares sobre os territórios capazes de compreender as conexões, desconexões, interações e fraturas que compõem sua dinâmica relacional*”.

CRAS, CREAS E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS: A participação dos serviços socioassistenciais em determinados movimentos de construção do conhecimento gerados na gestão municipal se torna fundamental para que, ao fazerem parte dos processos dessa construção, também se sintam coautores dos produtos resultantes desses processos. Este envolvimento é fundamental, por sua vez, para que estes produtos ganhem utilidade e uso real no cotidiano destes serviços.



Para que o Diagnóstico Socioterritorial se realize nos municípios e em seus territórios de gestão do SUAS, se faz importante pactuar este movimento, enquanto processo e produto da Vigilância Socioassistencial, com os demais atores da gestão, principalmente os serviços socioassistenciais, para que não sejam colocados apenas como fornecedores de informações sobre as ofertas que desenvolvem. O envolvimento destes atores no processo de elaboração do diagnóstico socioterritorial pode se dar tanto na forma de fornecimento de dados de ofertas, como também de levantamento de demandas junto aos usuários dos próprios serviços. Nesse caso, uma das técnicas que pode ser utilizada é o Mapa Falado⁶. Assim, para a efetivação do cruzamento das informações obtidas a partir dos indicadores quantitativos e as informações do Mapa Falado, é importante identificar as desproteções mais citadas pelos participantes das oficinas para, em sequência, realizar uma análise entre estas informações e os dados quantitativos.

TRABALHADORES E USUÁRIOS DO SUAS: o envolvimento dos trabalhadores e usuários do SUAS nos processos e produtos de Vigilância Socioassistencial se faz fundamental para fomentar o

⁶Vide Texto de Apoio em anexo sobre o Mapa Falado.

caráter participativo da Vigilância Socioassistencial, como também garantir sua aderência ao chão e à gestão. É na proximidade com estes dois atores que a Vigilância Socioassistencial conseguirá manter sua perspectiva territorial, e não tão somente por meio da identificação de informações de vulnerabilidades e riscos sociais. Nesse sentido, a perspectiva territorial não se restringe a uma vinculação administrativa mediada pela localização do serviço ou o endereço de residência dos usuários. Trata-se muito mais de estabelecer, por meio de processos e produtos de construção de conhecimento, vínculos coletivos da gestão com o território: os trabalhadores criam vínculos com o território de vivência dos usuários, o território se torna parte viva (e não somente administrativa) da gestão.



Os processos coletivos de construção do conhecimento envolvendo trabalhadores e usuários do SUAS podem se transformar em processos de trabalho social. Dessa forma, a elaboração do Mapa Falado, em que usuários participam levantando e debatendo suas percepções territoriais, para fins de elaboração do diagnóstico socioterritorial, pode também ser utilizado para outras finalidades pelos trabalhadores do SUAS. Por exemplo, pode-se utilizar a técnica do Mapa Falado com o coletivo de idosos de determinado serviço para mapeamento das memórias do lugar, incluindo suas riquezas socioculturais, ou mesmo para traçar processos de mudança ou trajetórias até se chegar àquele lugar atual onde se vive. O importante é que, por meio de técnicas mais coletivas e participativas, os conhecimentos dos usuários se tornem visíveis para a gestão. A gestão, ao nutrir-se dessas informações geradas em processos coletivos, terá mais subsídios para construir produtos de Vigilância Socioassistencial que de fato contribuam para a garantia de acesso aos direitos socioassistenciais.

Enfim, com esta cena protagonizada pelos trabalhadores e usuários do SUAS, fecham-se as cortinas do palco em que até agora estivemos envolvidos nesta busca por encontrar sentidos e caminhos da Vigilância Socioassistencial. Certamente, a peça continuará por outros palcos e territórios de Minas Gerais afora e se farão novas e renovadas montagens das cenas aqui propostas, de acordo com o movimento impulsionado em cada lugar, por cada ator.

Temos cenários, temos palcos, temos cenas propostas a esta grande peça denominada “Sentidos e Caminhos da Vigilância Socioassistencial em Minas Gerais”. Muitas descobertas, muitas dúvidas deverão surgir a cada montagem, em cada novo palco de Minas Gerais. Continuemos juntos, em busca desses sentidos e caminhos, pois como já dizia Guimarães Rosa em Grande Sertão Veredas:

“O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia...”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITOUN, Jan et al. As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR, XVI, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, 2015. p. 1-22. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=331>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de atualização em Vigilância Socioassistencial do SUAS. Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 7, de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social – 2016-2026. Brasília, DF, 18 mai. 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/sedese/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNAS%20N%20%207%20\(3\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/sedese/Downloads/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNAS%20N%20%207%20(3)%20(1).pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. SUAS 10 Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS/SNAS, 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Suas10Anos_2015.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. CapacitaSUAS Caderno 2: Proteção de Assistência Social: segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília, DF: MDS, 2013a.

_____. CapacitaSUAS Caderno 3: Vigilância Socioassistencial: garantia do caráter público da Política de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília, DF: MDS, 2013b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, DF: MDS, s/d. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. In: Revista Ruris. n 1. v. 2. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 09-38. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. Território, sociabilidades e territorialidade: o tecer dos fios na realidade

dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera na cidade de São Paulo. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17604>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

KOGA, Dirce Harue Ueno. Diagnóstico Socioterritorial entre o Chão e a Gestão. Cadernos IHUideias. Ano XIV, n. 243, v. 14, 2016. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos, 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/243cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. A Territorialidade no SUAS. Coletânea de videoaulas: O SUAS e os desafios municipais com a migração. Publicado em 17 mar. 2015. Programa de Acompanhamento da Migração (PAM). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aEF77gGPHc8&t=751s>>. Acesso: 01mar.2017.

_____. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. In: Serviço Social em Revista, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul/dez. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/sedese/Downloads/17972-79037-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. A dimensão territorial no processo de construção do conhecimento e da realidade social nas áreas mais vulneráveis da metrópole. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS. Caderno de Orientações: A prevenção e o trabalho social com famílias na Proteção Social Básica. Belo Horizonte: SEDESE/Governo de Minas, jul. 2016a. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/caderno_orientacoes/REVISTA_AMM.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. Caderno de Orientações do Piso Mineiro de Assistência Social. Belo Horizonte: SEDESE/Governo de Minas, abr. 2016b. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/piso_mineiro/cartilha_amm2016.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. Cartilha Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial. Belo Horizonte: SEDESE/Governo de Minas, 2015a. Disponível em:

<http://social.mg.gov.br/images/documentos/regionalizacao/Cartilha_Regionalizacao_PSE_MG.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. Boletim da Vigilância Socioassistencial/SUAS. Nº 1. Belo Horizonte: DIVISOM/SMC/SUBAS/SEDESE, outubro 2015b.

OBSERVASINOS, Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale dos Sinos. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/publicacoes/>>. Acesso: 02 mar. 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. IN: Revista Redobra, n. 9, ano 13. Salvador: PPG/FAU-UFBA, 2012. p. 58-71. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Educação Permanente e a Política de Assistência Social: o papel da academia e os desafios para o Serviço Social. In: CRUS, Jose Ferreira; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. (Org.). Gestão do trabalho e Educação Permanente do SUAS em pauta. Brasília, DF: MDS, 2014, v. 1, p. 129-141. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestao_suas.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília, DF, 12 dez. 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, 6 jul. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso: 10 set. 2013.

_____. Casa Civil. Decreto n. 7.334 de 19 de outubro de 2010. Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 out. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7334.htm>. Acesso: 18 dez. 2013.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, Senado Federal, 1988.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad Social: Nociones e Implicancias de Politicas para Latinoamerica a inicios del Siglo XXI. In: Seminario Internacional las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe, 2001, Santiago de Chile. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/GBusso.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2017.

CANOAS. Diagnóstico Socioterritorial do Município de Canoas. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de Canoas; Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/images/outras/Municipios/Canoas/VERSAO-SINTETICA-FINAL.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Programas de Proteção Social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. 2005. 334 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/276/1/Programas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social%20e%20supera%C3%A7%C3%A3o%20da%20pobreza.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

KOGA, Dirce Harue Ueno. Debate Virtual: Vulnerabilidades Sociais e Territórios. Prêmio Itaú-Unicef, vídeo publicado em 6 out. 2016. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=vx20lb10dRg>>. Acesso: 01 marc. 2017.

_____. Observatórios, territórios e políticas públicas no contexto atual. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL. Vídeo do IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos – Territórios e Políticas Públicas publicado em 18 de dez de 2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=26exHeLVZNY>>. Acesso: 01 marc. 2017.

_____. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O Lugar da Vigilância Socioassistencial na Gestão do SUAS e a Articulação com o Plano Municipal de Assistência Social. Alagoas: Secretaria de Estado de Assistência Social de Alagoas, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/sedese/Downloads/vigilancia%20e%20pmas%20municipios%20alagoas.pdf>>. Acesso em: 01, mar. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PINDAMONHANGABA. Plano Municipal de Assistência Social. São Paulo: Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByI5c_DvRcoueXBidXRstU9icDZtQ25BVEVjRlpXWXcxS1FJ/view>. Acesso em: 09 set. 2015.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos. 2ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2004.

TEXTO DE APOIO

BLOCO 1 – DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Aspectos Demográficos

Os indicadores a seguir pretendem subsidiar a análise de indicadores demográficos que favorecem a elaboração do diagnóstico socioterritorial. Importa salientar que são referências aos trabalhadores que se responsabilizam pela elaboração do diagnóstico, mas que os mesmos não se limitem aos dados aqui apresentados, devendo, sobretudo, identificar informações relevantes a partir das características locais do território.

Nº	Indicador	Fonte	Observações
1	Nº de Habitantes (Censo 2010)	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	
2	População estimada 2016	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	O indicador apresenta a população estimada para o ano de 2016. O Censo é realizado apenas de 10 em 10 anos, por isso o IBGE calcula a proporção de habitantes para favorecer a utilização da informação atualizada.
3	Distribuição da população entre área urbana e rural	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	A utilização dos dados referentes aos anos de 2000 e 2010 permite identificar a proporção da população residente em área urbana e rural, bem como se, no intervalo de 10 anos, ocorreu uma grande mobilidade da população que acarretou na redução ou ampliação dos moradores de áreas urbanas e rurais do município.
4	Distribuição da população por gênero	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	

Nº	Indicador	Fonte	Observações
5	Pirâmide etária (Distribuição da população por faixa etária)	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	A utilização dos dados referentes aos anos de 2000 e 2010 permite identificar o aumento e ou diminuição de algum público analisado (a análise é importante, sobretudo ao tratarmos de crianças e idosos).
6	População residente e Número de Domicílios	Cidades@ (IBGE) http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades	Permite identificar a média de moradores por domicílio.
7	Proporção de pessoas que residem em áreas urbanas e rurais, por grupos de idade	Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	O link permite identificar os dados do Censo Demográfico por município.
8	Distribuição da população residente, por cor ou raça	Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
9	Proporção de unidades domésticas, por responsáveis, por sexo	Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	O indicador é importante para identificar o número e percentual de domicílios chefiados por homens ou mulheres e em

Aspectos Econômicos

Nº	Indicador	Fonte	Observações
1	Produto Interno Bruto (PIB)	SAGI (Relatório de Informações Sociais) http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#	
2	Taxa de crescimento do PIB por setor econômico	SAGI (Relatório de Informações Sociais) http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#	
3	Distribuição de postos de trabalho formais por setor de atividades	SAGI (Relatório de Informações Sociais) http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#	

Nº	Indicador	Fonte	Observações
4	Distribuição de empregos formais por setor de atividade econômica	MTE/RAIS	
5	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
6	Distribuição das pessoas por posição na ocupação (empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, conta própria, empregadores, entre outros)	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
7	Distribuição do número de domicílios por faixa de renda per capita	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
8	População com renda domiciliar per capita igual ou inferior a ½ Salário Mínimo	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
9	População com renda domiciliar per capita igual ou inferior a ¼ do Salário Mínimo	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
10	Média da Renda per capita (em R\$)	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
11	Índice de Gini	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	O Índice de Gini permite mensurar o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor varia de 0 (quando eventualmente todos possuem a mesma renda) a 1 (quando a renda é acumulada em apenas 1 pessoa).

Nas fontes de dados citadas é possível identificar outros vários indicadores econômicos que podem e devem ser incorporados ao Diagnóstico Socioterritorial do município a partir das características locais.

Aspectos Sociais

Nº	Indicador	Fonte	Observações
1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
2	IDHM Educação	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Permite analisar o % de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, % de crianças de 5 a 6 anos na escola, % de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental regular seriado ou com ensino fundamental completo, % de adolescentes com 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, % de jovens com 18 a 20 anos com ensino médio completo.
3	IDHM Longevidade	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Esperança de vida ao nascer.
4	IDHM Renda	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Renda per capita em R\$.
5	Faixa do IDHM	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
6	Evolução do IDHM	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Permite identificar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM para os últimos três Censos (1991, 2000 e 2010), bem como a comparação com os resultados dos municípios com menor e maior IDHMs, além de possibilitar a comparação com os resultados de Minas Gerais e do Brasil.

Nº	Indicador	Fonte	Observações
7	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
8	Escolaridade da população com 25 anos ou mais	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
9	Mortalidade Infantil	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
10	Ocupação da população de 18 anos ou mais (Trabalho)	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Permite identificar a taxa de atividades , a taxa de desocupação e o grau de formalização da população com 18 anos ou mais ocupada.
11	Nível educacional dos ocupados	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	% dos ocupados com ensino fundamental completo, % dos ocupados com ensino médio completo (18 anos ou mais).
12	Rendimento médio dos ocupados	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo, % dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos, % dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos.
13	Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
14	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
15	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
16	Taxa de atividade – 10 a 14 anos (trabalho)	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
17	Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filho menor, no total de mães chefes de família	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	

Nº	Indicador	Fonte	Observações
18	Percentual de vulneráveis e dependentes de idosos	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a ½ salário mínimo) e nos quais a maior parte da renda provém da renda de moradores com 65 anos ou mais
19	Percentual de crianças extremamente pobres	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	Proporção de indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00.
20	Percentual da população residente em domicílios com banheiro e água encanada	Atlas de Desenvolvimento Humano http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/	
21	Percentual de domicílios sem energia elétrica	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
22	Percentual da população idosa com perfil de acesso ao BPC	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	Importa para identificar o número de idosos cujo perfil se enquadra para recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC e não possuem acesso ao benefício.
23	Percentual da população com deficiência com perfil de acesso ao BPC	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	Importa para identificar o número de idosos cujo perfil se enquadra para recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC e não possuem acesso ao benefício.
24	Esperança de vida ao nascer	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	
25	População residente por tipo de Deficiência	IBGE/Censo Demográfico (2010) http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_uf_zip.shtm	

Dados do CadÚnico

Como pôde ser percebido, os indicadores até aqui trazidos referem-se a dados que contemplam os municípios como um todo, ou seja, o território municipal é a escala para cálculo de tais dados.

Considerando que o público atendido e ou acompanhado pela Política de Assistência Social em ampla maioria equivale às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o mesmo pode ser explorado para a construção do diagnóstico socioterritorial.

A fim de exemplificar a afirmação acima, apontamos alguns indicadores que podem ser retirados do valioso banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

1. Percentual de famílias do município inscritas no CadÚnico;
2. Percentual de famílias do município inscritas no CadÚnico por local do domicílio (área rural ou urbana);
3. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF por local do domicílio (área rural ou urbana);
4. Distribuição da população rural e urbana por faixa de renda;
5. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico em que um ou mais moradores são beneficiários do BPC por local do domicílio (área rural ou urbana);
6. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico em que foram identificadas crianças em situação de trabalho infantil por local do domicílio (área rural ou urbana);
7. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico no último ano de referência por local do domicílio (área rural ou urbana);
8. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com crianças e ou adolescentes fora da escola por local do domicílio (área rural ou urbana);
9. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com abastecimento de água precário ou inadequado por local do domicílio (área rural ou urbana);
10. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico sem coleta de lixo por local do domicílio (área rural ou urbana);
11. Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com escoamento sanitário inadequado por local do domicílio (área rural ou urbana);

12. Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF em acompanhamento pelo PAIF por local do domicílio (área rural ou urbana);
13. Percentual de famílias em que pelo menos um morador é beneficiário do Benefício de Prestação Continuada – BPC, acompanhadas pelo PAIF por local do domicílio (área rural ou urbana); e,
14. Presença e número de famílias residentes em comunidades tradicionais.



Esses e outros indicadores e variáveis estão disponíveis na “Unidade II: A Utilização dos Instrumentos Informativos do SUAS na Identificação de Alguns Públicos Prioritários e da Rede Socioassistencial da PSB” do Caderno de Orientações: A Prevenção e o Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica (MINAS GERAIS, 2016a).

Além disso, através do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – SICON é possível identificar o percentual de famílias em situação de descumprimento de condicionalidades.

Acredita-se que a partir da utilização de dados explorados das mais diversas fontes de dados será possível analisar a situação de cada município a partir de suas características.

Dados da REDE SUAS

A Rede SUAS – Gestão e Sistema de Informação para o SUAS, contempla uma série de sistemas de informação acerca do processo de organização, gestão, monitoramento e avaliação no âmbito do SUAS que subsidiam a elaboração do diagnóstico socioterritorial.

Os sistemas que compõem a Rede SUAS são:

- Acompanhamento dos Estados;
- BPC na Escola;
- CadSUAS;
- Carteira do Idoso;
- Consulta e Extração de Dados do CadÚnico – CECAD;
- Censo SUAS;
- Demonstração da implantação dos serviços executados por equipes volantes;

- Cadastro Nacional das Entidades Não Governamentais de Assistência Social – CNEAS;
- Matriz de Informações Sociais (Tabelas Sociais, MI Vetor, Atlas Social, Mapas Temáticos, Relatórios de Informações);
- Mapas de Oportunidades e Serviços Públicos;
- Prontuário Eletrônico Simplificado;
- Registro Mensal de Atendimento – RMA;
- Registro Mensal de Mobilização – RMM;
- Sistema de Gestão do Benefício de Prestação Continuada – SIGBPC;
- Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – SIMPETI;
- Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC;
- SUASWEB;
- TABSUAS;
- Dentre outros.



A seguir destacaremos alguns desses sistemas de informação, entretanto, todos podem ser acessados através do link: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/sistemas-de-informacao-da-rede-suas>

Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social – CadSUAS: Sistema que comporta as informações cadastrais das prefeituras, órgãos gestores, fundos de assistência social, conselhos de assistência social e entidades socioassistenciais públicas e privadas.



Acesse: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/sistemas-de-informacao-da-rede-suas>

Censo SUAS: Sistema onde são preenchidos anualmente diversos formulários referentes à organização e funcionamento dos CRAS; CREAS; Centro POP; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; Unidades de Acolhimento; Gestão Municipal; Gestão Estadual, Conselhos Municipais e Estaduais.



As informações coletadas permitem a realização de análises acerca da organização e funcionamento da rede socioassistencial (pública e privada).

Acesse: http://aplicacoes4.mds.gov.br/sagicenso/censosuas_2015/auth/index.php

Registro Mensal de Atendimento – RMA: Sistema de registro de informações que deve ser mensalmente preenchido pelos CRAS, CREAS e Centro POP, sendo possível identificar e quantificar o número de atendimentos realizados no mês de referência, a abrangência e características do serviço ofertado, perfil das famílias e indivíduos que são usuárias dos serviços, beneficiários do PBF e do BPC.



Acesse: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>

CadÚnico e CECAD: O CECAD permite consultar, selecionar e analisar informações do CadÚnico, favorecendo a avaliação da situação de socioeconomia vivenciada pelas famílias inscritas no CadÚnico. A utilização do banco de dados do CadÚnico para a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial é igualmente importante, visto que a ampla maioria das famílias e indivíduos que compõem o público-alvo da Assistência Social estão cadastradas.



Acesse o CECAD:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>

Além dos sistemas disponibilizados através da Rede SUAS, destacamos outras fontes relevantes para a identificação de variáveis e indicadores que favorecerão a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial.

Atlas de Desenvolvimento Humano: Sistema de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e outros mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidades sociais a partir de dados extraídos dos Censos Demográficos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Atlas do Desenvolvimento
Humano no Brasil

Acesse: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Cidades@/IBGE: ferramenta desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para a obtenção de informações acerca de todos os municípios do Brasil, favorecendo a identificação do perfil de cada um dos municípios.



Acesse: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

A Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE também se responsabiliza pelo desenvolvimento e gestão de sistemas de informação e gerenciamento do SUAS que permitem à mesma e aos municípios mineiros a identificação de diversos indicadores quantitativos, com destaque para o Sistema de Informação e Monitoramento do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais – SIMSUAS MG e para o Sistema de Registro de Situações de Violência.

SIMSUASMG: Sistema de preenchimento de questionário semestral cujo objetivo é monitorar a execução dos serviços socioassistenciais e benefícios eventuais cofinanciados pelo Estado através de recursos do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo, além de possibilitar o monitoramento da aplicação dos recursos pelos municípios cofinanciados.



Acesse: <http://www.simsuasmg.mg.gov.br/sim/login.jsp>

Sistema de Registro de Situações de Violência: sistema informatizado que permitirá a identificação de ocorrência de situações de violência por meio do atendimento prestado nos serviços ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS regionais e municipais, Centros de Referência Especializados para a População em situação de Rua – Centro POP, Centros Dia de Referência e unidades de acolhimento institucional e familiar. Este Sistema pretende delimitar o conjunto de informações que devem ser coletadas, organizadas e armazenadas pelas referidas unidades em todo o território de Minas Gerais. Foi instituído pela Resolução de nº 13, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, publicada em 16/12/2016.

A partir da utilização das informações disponíveis nos bancos de dados supramencionados será possível identificar o contexto demográfico, econômico e social do território analisado, bem como a identificação do público-alvo dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além do levantamento da rede socioassistencial.

O referido levantamento pretende identificar o tipo de serviço ofertado, formas de acesso ao serviço, recursos humanos e infraestrutura das unidades públicas e privadas de Assistência Social.

Com o objetivo de subsidiar o levantamento de dados, disponibilizamos a seguir um modelo de coleta de dados para posteriormente incluir tais informações no Diagnóstico Socioterritorial.

Levantamento de Informações de Entidades Socioassistenciais para composição do Diagnóstico Socioterritorial	
Nome da Entidade	
CNPJ	
CRAS de referência	
Endereço	
Telefone e e-mail	
Serviços socioassistenciais ofertados	
Atividades realizadas	
É financiada pela Assistência Social?	
Público-alvo	
Território de abrangência	
Número de indivíduos/famílias atendidas e ou acompanhadas	
Capacidade de atendimento	
Forma de acesso ao serviço	
Recursos humanos	
Infraestrutura	

Muitas dessas informações estão disponibilizadas nos dados coletados a partir do Censo SUAS, mas é fundamental a discussão dos dados com representantes das entidades socioassistenciais públicas e privadas.

BLOCO 2 – MAPA FALADO

O Mapa Falado apresenta importantes contribuições:

- ✓ Permite uma visão espacial do território;
- ✓ Subsidiar o alcance de informações exploratórias;
- ✓ Permite obter uma visão geral da realidade vivida no território; e,
- ✓ Pode ser produzido tanto a partir da situação atual como da desejada por cada grupo de atores sociais envolvidos.

A operacionalização do Mapa Falado pode ser realizada por meio de **oficinas**, que devem ser planejadas e executadas mediante os seguintes passos:

1) **Delimitação de divisão territorial para a realização das oficinas:**

Deve-se definir qual a abrangência territorial para a construção do Mapa Falado, podendo ser dividido em:

- ✓ Bairros;
- ✓ Setores censitários;
- ✓ Territórios de referência dos CRAS existentes no município; e,
- ✓ Regiões administrativas previamente estabelecidas pela Prefeitura.

Para a seleção de uma das alternativas de divisão territorial é importante que sejam considerados o tempo e a equipe disponível para a consecução da referida atividade. Em geral, são selecionadas como referência as regiões administrativas ou territórios referenciados aos CRAS como parâmetro de divisão do território.

2) **Definição dos insumos necessários para a realização do Mapa Falado:**

O instrumento equivale a um **desenho representativo do território** que se pretende analisar (bairros, setores censitários, territórios de abrangência dos CRAS ou regiões administrativas utilizadas pela Prefeitura).

Para tanto, vários insumos podem ser utilizados, como objetos disponíveis no local de realização do evento e disponibilizados pelos moderadores da oficina. Sugere-se a utilização de cartazes, lápis de cor, giz de cera, fitas coloridas, barbantes, entre outros.

A figura a seguir ilustra o processo de elaboração do Mapa Falado a partir de tais insumos:



3) **Discussão da metodologia e definição de calendário junto a representantes das unidades locais de Assistência Social:**

A participação dos trabalhadores e usuários dos serviços socioassistenciais ofertados nas unidades públicas é fundamental tanto para a realização da oficina do Mapa Falado como para, subsequentemente, favorecer o processo de planejamento e execução de intervenções sociais pautadas nos apontamentos trazidos a partir da oficina.

Os usuários dos serviços socioassistenciais podem iniciar a discussão sobre as proteções e desproteções sociais nos grupos que participam no âmbito destes serviços, sobretudo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, com o apoio da equipe de referência.

A discussão central nestes serviços se dá a partir do pressuposto de que o PAIF e PAEFI são os principais serviços ofertados no âmbito da Assistência Social, e os demais contemplam uma parcela da população que pode apresentar consideráveis sobreposições de vulnerabilidades sociais, como idosos e pessoas com deficiência.

4) Apresentação, discussão e mobilização da rede socioassistencial privada e órgãos de controle social:

A participação de representantes das entidades socioassistenciais privadas e representantes dos órgãos de controle social é essencial, uma vez que acompanham uma parcela bastante significativa dos usuários dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, sugere-se a participação de tal público na discussão a ser realizada junto à equipe das entidades públicas do território de referência.

Tal construção dialogada permitirá a conjugação e incorporação das realidades identificadas pela equipe atuante nas unidades públicas e privadas de assistência social, tornando o processo mais próximo da realidade vivenciada.

Além disso, destaca-se que os trabalhadores atuantes na rede privada teriam condições de mobilizar os usuários das entidades para a participação das oficinas de construção do Mapa Falado.

5) Mobilização e apresentação da proposta para a comunidade (independente se usuários ou não da Política de Assistência Social), lideranças locais e representantes de associações de bairros, etc.:

De maneira geral a equipe de referência das entidades públicas e privadas conhecem as principais lideranças comunitárias. A participação de tais atores pode favorecer a construção do Mapa uma vez que são porta-vozes da população do território.

6) Mobilização e articulação com representantes das demais políticas públicas:

Sugere-se a realização de reunião e disponibilização de cronograma para representantes das demais políticas públicas, sobretudo Saúde, Educação e Sistema de Garantia de Direitos, de modo que se torne possível a participação de seus representantes no processo.

Destacamos que a participação de tais atores é fundamental, pois as situações de desproteções sociais que serão identificadas no território a partir do Mapa Falado não são todas de responsabilidade direta da Política de Assistência Social e exigirão ampla articulação com a rede.

Um dos produtos das oficinas realizadas para a elaboração do Mapa Falado equivale à tabela de “Sistematização dos Dados obtidos por meio da(s) Oficina(s) de Elaboração do Mapa Falado” que

veremos adiante e que envolverá diversas áreas das demais políticas públicas, portanto, torna-se fundamental a participação de tais atores no processo de elaboração das estratégias de enfrentamento das desproteções sociais vividas no território.

7) Execução das Oficinas:

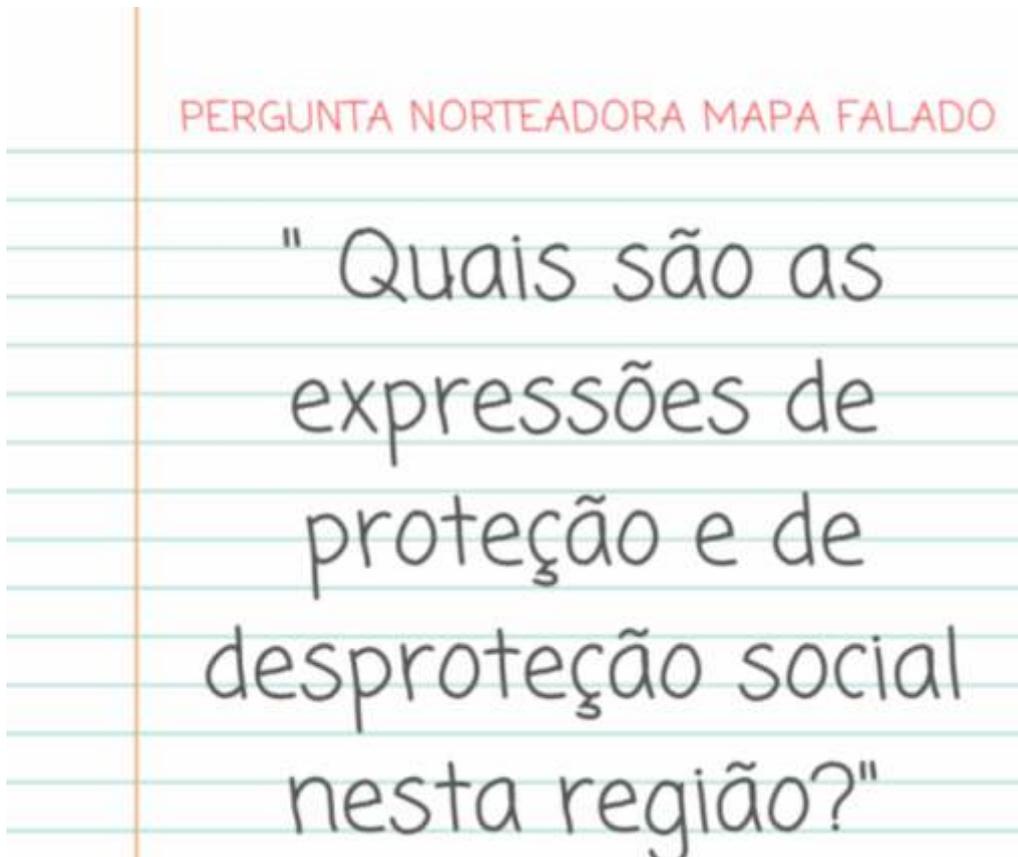
Após a mobilização e articulação para a participação do maior número de atores sociais do local em que o Mapa Falado será elaborado (setor censitário, bairros, território de abrangência dos CRAS ou divisão administrativa da Prefeitura), pode-se iniciar a execução das oficinas para a construção do Mapa.

Reforçamos a sugestão de que a(s) oficina(s) sejam distribuídas, conforme disposto abaixo:

- ✓ **Trabalhadores do SUAS:** aqui incluindo representantes da rede socioassistencial pública e privada, bem como representantes das secretarias de assistência social, com destaque para a participação de trabalhadores que atuam nos setores de Vigilância Socioassistencial dos municípios;
- ✓ **Trabalhadores das políticas setoriais:** representantes das áreas de Educação, Saúde (atenção especial aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS que conhecem o território, as famílias e as proteções e desproteções sociais de maneira bem próxima), Habitação, Saneamento, Emprego e Renda, dentre outras.
- ✓ **Conselheiros Municipais, lideranças locais e representantes da comunidade:** aqui incluídos, sobretudo, os representantes da sociedade civil que integram os conselhos, lideranças locais e demais interessados na(s) oficina(s) que não sejam usuários dos serviços socioassistenciais, mas residentes do território analisado;
- ✓ **Usuários da Política de Assistência Social:** famílias e indivíduos que são atendidas e acompanhadas pelos serviços socioassistenciais e beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

⁷ Os Agentes Comunitários de Saúde – ACS são necessariamente residentes no território em que atuam e se tornam uma espécie de “ponte/elo” entre a comunidade e a Política Pública de Saúde. Além disso, destacamos que a natureza do trabalho de tais profissionais é domiciliar, ou seja, suas atividades de trabalho são executadas em ampla medida nos domicílios das pessoas que residem em determinado território, e favorece o estabelecimento de uma relação de confiança mútua entre profissional e usuários. Além de serem importantes atores e por muitas vezes conhecerem as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas pelas famílias do território, são igualmente conhecedores do território, suas vulnerabilidades e potencialidades, tornando-os atores essenciais no processo de elaboração do Mapa Falado.

Utilizando o modelo construído pelo OBSERVASINOS (2015), propomos que a construção do Mapa Falado conte com a seguinte pergunta norteadora:



Para dar início às oficinas é fundamental que o(s) moderador(es) esclareçam aos participantes os objetivos que circundam a realização das oficinas, sobretudo quanto ao que se entende acerca do significado de proteção e desproteção social. De acordo com Koga (2015), a utilização de ferramentas metodológicas como o Mapa Falado se justifica, pois parte-se do pressuposto de que o diagnóstico é essencialmente um processo de construção dialogada de conhecimentos sobre uma dada realidade vivenciada por diversos atores sociais.

A autora afirma que o diagnóstico socioterritorial precisa desenvolver a competência de acompanhar as dinâmicas presentes na realidade que se pretende descrever e analisar a partir da participação dos atores que residem e atuam no território.

O infográfico a seguir demonstra as etapas de execução da metodologia conforme disposto até aqui:

ETAPAS MAPA FALADO

1

DEFINIÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL A SER UTILIZADA

- Sertor Censitário ou;
- Bairros ou;
- Território de abrangência dos CRAS ou;
- Divisão Administrativa da Prefeitura

2

DEFINIÇÃO DE MÉTODO E INSUMOS

- Desenho representativo do território (podem ser utilizados diversos insumos: objetos, cartazes, lápis de cor, giz de cera, entre outros)

3

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA METODOLOGIA - REDE PÚBLICA

Apresentação e discussão da proposta com os trabalhadores do SUAS atuantes na rede pública, pactuação de cronograma e mobilização dos usuários e representantes da comunidade

4

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA METODOLOGIA - REDE PRIVADA

Apresentação e discussão da proposta com os representantes da rede privada de assistência social atuantes na rede pública, pactuação de cronograma e mobilização dos usuários e representantes da comunidade

5

APRESENTAÇÃO E CONVITES ÀS POLÍTICAS SETORIAIS

Apresentação da proposta e cronograma de realização das oficinas visando a participantes e representantes de todas as políticas setoriais. Solicitação de apoio para mobilização da comunidade (pode-se elaborar folder, cartaz, anúncio em rádio, entre outros, para a realização da mobilização)
O convite pode ser realizado através de reunião ou ofício

6

REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

Distribuídas em:

- Trabalhadores do SUAS;
- Trabalhadores das Políticas Setoriais;
- Conselheiros Municipais, lideranças locais e representantes da comunidade;
- Usuários da Política de Assistência Social.

Como visto, a realização da oficina em si tem como propósito favorecer a construção dialogada entre os participantes.

É importante iniciar a oficina com a apresentação de todos os participantes, com a demonstração dos objetivos que se pretende alcançar a partir da realização da metodologia e o repasse da questão norteadora.

A criação do mapa em si equivale à metodologia para a identificação das proteções e desproteções sociais vistas no território analisado, ou seja, o que importa efetivamente são as contribuições dos participantes sobre os pontos de proteção e desproteção espalhados pelo território, bem como os motivos pelos quais consideram tais pontos como proteção ou desproteção.

A imagem a seguir demonstra a apresentação de usuárias acerca das situações de proteção e desproteção percebidas por elas em um dado território.



Fonte: Regional Capanema Blogspot. Disponível em:
<<http://regionalcapanema.blogspot.com.br/2009/02/comunidade-pesqueira-participa-de-drp.html>>.
Acesso: 15 mar. 2017.



A metodologia de elaboração de Mapa Falado permite desenvolver um diagnóstico qualitativo a partir da percepção dos participantes, considerando seus conceitos e utilizando de metodologia que extrapole a aplicação de uma “lista de perguntas” previamente formuladas. A ideia central é a de que os participantes analisem as situações vivenciadas no território e identifiquem coletivamente estratégias para minimizar as desproteções sociais.

As intervenções do(a) moderador(a) devem ser mínimas, tanto no processo de elaboração realizada pela equipe integrante da rede socioassistencial e intersectorial, bem como dos usuários.

O Mapa Falado e os dados quantitativos utilizados para a construção do Diagnóstico Socioterritorial são complementares e permitem uma análise mais rica e aderente às realidades locais. É importante manter um “cruzamento” dos dados produzidos nas duas abordagens (quantitativa e qualitativa). Esse cruzamento será abordado a seguir.

a. A Construção do Mapa Falado

A construção do Mapa Falado se inicia a partir da realização da etapa nº 6 mencionada anteriormente: a realização das oficinas.

Como sugerido, **as oficinas podem ser distribuídas inicialmente em até 4 grupos**, sendo eles:

- ✓ Usuários da Política de Assistência Social (juntos ou separados por faixa etária e serviços dos quais participam);
- ✓ Trabalhadores do SUAS;
- ✓ Trabalhadores das políticas setoriais; e,
- ✓ Conselheiros municipais, lideranças locais e representantes da comunidade.

A **oficina deve ser realizada em espaço amplo** que comporte todos os participantes de maneira confortável, para que seja possível reuni-los em uma “roda” no local escolhido.

Sugere-se que o tempo de duração do encontro **seja de no máximo 3 horas**, mesmo que se façam necessários mais de um encontro com cada público. Quanto ao número de participantes, o importante é ser um grupo representativo ao propósito do Mapa Falado, de tal forma que, durante o processo, todos tenham oportunidade de contribuir sem que fique tumultuado.

Cabe lembrar a necessidade de **iniciar a oficina expondo os objetivos** da mesma. Em seguida, sugere-se que seja realizada uma breve apresentação de cada um dos participantes. Outra possibilidade equivale à utilização de **dinâmicas de apresentação**, que podem favorecer tanto a “quebra de gelo” entre os participantes quanto a introdução da discussão.

Após a exposição dos objetivos da oficina pelo(a) moderador(a) e apresentação de todos os participantes, inicia-se o Mapa Falado propriamente dito, a partir da solicitação de que um dos participantes “desenhe” e que representem o local que está sendo analisado.



No exemplo ao lado, optou-se pela representação do território no chão, utilizando-se de figuras criadas a partir de papel colorido.

Pode-se disponibilizar aos participantes figuras coloridas auto-colantes ou recortadas e coladas no mapa, ou eles próprios podem criar tais representações, que serão as legendas do mapa.

Os participantes devem demarcar os diversos pontos de proteção e desproteção por eles identificados no território, inclusive espera-se que sejam identificados vários pontos em cada oficina realizada, indicando cores diferentes para distinguir proteção, desproteção e outros tipos de situações levantadas pelo grupo.

É fundamental que o(a) mediador(a) da oficina conte com outros trabalhadores que o apoiarão para o registro das contribuições (“tomada de notas”) e, subseqüentemente, a sistematização das informações trazidas pelos participantes.

O exemplo a seguir pode ser usado para a sistematização das proteções e desproteções identificadas no território de abrangência da oficina.

Sistematização dos Dados obtidos a partir da Oficina de Elaboração do Mapa Falado					
Área/Tema	Nº de Pontos de Proteção	Descrição das Proteções	Nº de Pontos de Desproteção	Descrição dos Pontos de Desproteção	Observações
Assistência Social					
Educação					
Saúde					
Segurança					
Saneamento Público					
Mobilidade Urbana/ Transporte Público					
Lazer					
Outros? Quais_____					

Local:

Data de Realização:

Número de Participantes:

Público: () Usuários da Política de Assistência Social | () Trabalhadores do SUAS () Trabalhadores das Políticas Setoriais | () Conselheiros Municipais, lideranças locais e representantes da comunidade | () Outros. Quais: _____.

Abaixo indicamos um exemplo de preenchimento da tabela:

Sistematização dos Dados obtidos a partir da Oficina de Elaboração do Mapa Falado

Área/Tema	Nº de Pontos de Proteção	Descrição das Proteções	Nº de Pontos de Desproteção	Descrição dos Pontos de Desproteção	Observações
Assistência Social	3	CRAS, Entidades (APAE, Abrigo),	3	Indivíduos em situação de rua, inexistência de serviços para crianças e adolescentes, famílias em descumprimento de condicionalidades não acompanhadas pelo PAIF	
Educação	2	Escola Estadual, transporte escolar	1	Inexistência de vaga na creche	
Saúde	3	UPA, Agentes Comunitários de Saúde, CER	2	Médico apenas uma vez por mês na UBS, demora na marcação de consultas	
Segurança	1	Ronda Militar noturna	1	Tráfico de drogas	
Saneamento Público	2	Estação de Tratamento de Esgoto e Estação de Tratamento de Água	1	Alagamentos quando chove	
Mobilidade Urbana/ Transporte Público	0		1	Inexistência de ônibus que vai da zona rural para a sede do município	
Lazer	1	Praça de Esportes	1	Venda e consumo de drogas na praça de esportes à noite	
Outros? Quais Religião	3	Igreja católica, igreja evangélica, centro espírita	0		

Obs.: Foram incluídos alguns exemplos para clarear quanto ao preenchimento da tabela, espera-se que durante a execução da metodologia muitos pontos de proteção e desproteção social sejam identificados.

Após a identificação dos pontos de proteção e desproteção social, segue-se na elaboração de propostas para minimização e superação das situações vivenciadas pela população do território estudado, que servirão, de um lado, para a Política de Assistência Social desenvolver as ações que estão sob sua responsabilidade e, de outro, para a articulação intersetorial, objetivando a inclusão das demandas identificadas na agenda prioritária de tais políticas públicas.



Para clarear ainda mais a metodologia de realização do Mapa Falado, será dado um exemplo fictício acerca do processo de elaboração do Mapa.

A oficina para a elaboração do Mapa Falado foi realizada na Sede da Associação Comunitária de Pedrinhas e desenvolvida a partir de três encontros promovidos no mês de março de 2017.

Participaram do processo cerca de 30 pessoas que residem e ou trabalham na regional administrativa centro oeste da Prefeitura, situada na zona rural do município de Serra Leoa, que conta com um total de 13.311 habitantes.

Os moradores, trabalhadores e representantes dos órgãos de controle social e demais políticas públicas setoriais identificaram no território de abrangência da regional, uma série de situações de proteção e desproteção social que podem ser vistas no Mapa a seguir:



O bairro Alvorada (itens 1, 2, 3 e 4) equivale ao local do território onde foram encontradas as maiores sobreposições de desproteções sociais vivenciadas pela população, com destaque para algumas apresentadas pelos participantes, quais sejam:

- ✓ *Inexistência de escola de educação infantil para as crianças do território;*
- ✓ *Presença de pontos de tráfico de drogas colocando em risco a segurança da população;*
- ✓ *O médico do PSF atende apenas duas vezes por mês;*
- ✓ *Esgoto a céu aberto, água sem tratamento adequado e inexistência de coleta de lixo;*
- ✓ *Crianças fora da escola e em situação de trabalho infantil (atuam no plantio e colheita de café);*
- ✓ *Renda sazonal da maior parte das famílias;*
- ✓ *Abuso sexual de crianças e pessoas com deficiência; e,*
- ✓ *Pessoas com deficiência e idosos negligenciados e em situação de isolamento social.*

No âmbito das proteções sociais destacamos os seguintes pontos identificadas pelos participantes:

- ✓ *Acompanhamento dos Agentes Comunitários de Saúde;*
- ✓ *Crescimento dos serviços públicos ofertados na região (construção de UBS, CRAS, escola de ensino fundamental e de ensino médio); e,*
- ✓ *Presença de parque natural que possibilita a realização de atividades de lazer pelos moradores da região.*

